



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PRESIDENTE: ELISEU GABRIEL

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 09/08/2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Bom dia. Estamos começando a audiência pública convocada pela Comissão de Educação, Cultura e Esportes, para hoje dia 09 de agosto de 2022, para tratar do PL 573/2021.

Quero formar a Mesa. Sou Vereador Eliseu Gabriel, com o Vereador Celso Giannazi; queria chamar o representante da Secretaria Municipal de Educação; o representante do Tribunal de Contas; Grupo de Atuação Especial do Ministério Público do Estado de São Paulo, Geduc.

Precisamos ver se tem alguém *on-line*.

Estão presentes os Srs. Vereadores Eduardo Matarazzo Suplicy e Daniel Annenberg.

A Defensoria do Estado de São Paulo está presente? (Pausa)

O SR. GUSTAVO SAMUEL DA SILVA SANTOS – Sim, Presidente, *on-line*.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Fernando Cássio está *on-line*? (Pausa)

O SR. FERNANDO LUIZ CÁSSIO SILVA – Estou, sim. Estou *on-line*.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Geduc? (Pausa) Sr. Fernando Luiz Cássio Silva, Professor da Universidade Federal do ABC. (Presente). Sr. Alexandre Schneider? (Pausa) Sr. Daniel Cara, Professor da Faculdade de Educação da USP. (Presente) Sra. Luciene Cavalcante. (Presente) Lara Elena Ramos, Professora de Gestão da FGV. (Pausa) Vitor Paro. (Pausa) Carlos Giannazi, Deputado Estadual. (Pausa) Coletivo Paulo Freire. (Pausa) Professora Iracema Santos do Nascimento. (Pausa) Sinesp, João Alberto. (Presente) Aprofem, Margarida. (Presente) Sedin. (Pausa) Sindsep, Luna (Presente) Vereador Roberto Tripoli. (Presente) Márcia Coveiro, EMEI Dona Leopoldina. (Pausa) Simone Cavalcante. (Pausa) Conselho Municipal de Educação. (Pausa) Sinpeem. (Presente) Vereadora Sílvia da Bancada Feminista. (Presente)

O Conselho Municipal disse que viria, inclusive, eles se manifestaram. Talvez, esteja *on-line*, o que causa muita confusão.

Há vários inscritos *on-line*. A partir deste momento vamos abrir as inscrições presenciais para quem quiser fazer uso da palavra. Pode levantar a mão. O Rafael vai anotar

quem vai falar.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Eu gostaria de me inscrever para a hora que for dada a palavra para os Vereadores se pronunciarem sobre o projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Eu vou deixar os Vereadores falarem depois, Vereador Eduardo.

O SR. DANIEL ANNENBERG – Eu também, Presidente. Depois, não tem pressa, mas também me inscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Eu vou passar a palavra, primeiro, para as pessoas da Mesa. Em seguida, começamos as inscrições. Vou alternando *on-line* e auditório. Peça que falem, no máximo, por três minutos, por favor. É o suficiente. Vamos direto ao ponto.

A primeira inscrita é a Vice-Presidente da Aprofem, Margarida Genofre.

A SRA. MARGARIDA PRADO GENOFRE – Bom dia, Vereador Presidente desta Comissão Eliseu Gabriel, na pessoa de quem eu cumprimento todos os demais Vereadores presentes ou virtualmente se fazendo representar nesta audiência pública; cumprimento todas as demais autoridades; e, em especial, aos meus colegas do ensino municipal.

A minha fala vai ser rápida, sim, porque não há muito o que se falar sobre um projeto que nunca deveria ter sido concebido. Eu vou falar em duas etapas.

Na primeira etapa, vou falar como Coordenadora do Fórum de Entidades representativas de todos os Servidores Municipais de São Paulo, de todos os segmentos. Não são só os sindicatos da educação que são contrários a esse projeto. Todas as demais entidades que representam os servidores e, por extensão, o próprio serviço público da cidade, são contrários à aprovação desse projeto, porque ele é nefasto para todo o serviço público.

Dito isso, eu vou falar agora como representante da Aprofem sobre esse projeto. Sou Margarida Prado Genofre, sou coordenadora desse fórum e também Vice-Presidente da Aprofem.

Falando como Vice-Presidente da Aprofem, logo esta fala é responsabilidade da Aprofem, registro que o PL 573/2021, de original autoria de Vereadores desta Casa, propõe

entregar as unidades educacionais da rede para as organizações sociais, conspurcando o nome e a tradição do ensino municipal ao terceirizá-lo em nome de uma pretensa, falsa e, dessa forma, inaplicável modernização, como melhoria dos índices de aprendizagem. E é de causar espécie a postura passiva dos ocupantes de postos em graus hierárquicos superiores da administração, bem como de tantos outros que, por conviência, vassalagem, ignorância e/ou a combinação de mais de um desses fatores parecem não se insurgir e até aceitar essa mácula de incompetência e de descompromisso lançada sobre a sua atuação, ainda que isso venha a custar a própria desativação futura desses órgãos e cargos, que ora ocupam, ou a sua submissão aos estranhos interesses de terceiros.

Sem a rejeição desse PL, há o risco da entrega da educação municipal direta – e é claro, dos seus recursos financeiros – para os abutres, que já vislumbram esse veio interminável de recursos e dele se apoderarem. Para bom entendedor, quantas organizações sociais comprovariam hoje possuir – como está no texto – experiências diversificadas tanto em metodologia de ensino como em processo de gestão? Ou revertemos essa armação não permitindo, porque esta Casa não pode permitir a aprovação desse PL, ou assistiremos a deterioração do ensino municipal, incluindo o provável surgimento de um arremedo de indústria ou franquia de organizações da sociedade civil com todas as suas previsíveis consequências prejudiciais à educação.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Quero chamar para fazer parte da Mesa o Deputado Estadual Carlos Giannazi, Presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa. (Palmas) Também faz parte da Mesa, Sheila, do Sedin.

Com a palavra o Professor João, do Sinesp.

O SR. JOÃO ALBERTO – Bom dia a todas as pessoas, às trabalhadoras da educação e de outras áreas. Minha saudação a todas as pessoas da Mesa, que causam muita honra por eu estar compartilhando com elas este local, porque é uma história enorme da educação paulista e paulistana que está presente nessa Mesa. E só poderia ser motivo de

orgulho estar entre essas pessoas, que representam tão bem a história do magistério nesta cidade.

Falar do PL 573 é mexer num lixo enorme e três minutos é até pouco tempo para tentar falar todos os desmazelos que esse projeto propõe, começando pela destruição da estrutura de cargos e carreiras da educação na cidade de São Paulo. A rede municipal paulistana tem uma história que vem de décadas e esse PL simplesmente desrespeita essa história e ataca essas carreiras e esses cargos de profissionais que, com muita luta e com muito esforço, passaram no concurso público – ou vários – e estão nas carreiras do magistério municipal.

Esse PL mente ao dar a educação melhor como se fosse um dado que ele provocaria, porque não há base, nenhum estudo que comprove isso. Na verdade, esse modelo é atrasado, já foi adotado em muitos lugares e todos esses lugares abandonaram esse modelo, não apenas pelos péssimos resultados obtidos, como pelas fraudes nas avaliações, como pelo incentivo à garantia de escolas pobres para os pobres. (Palmas) Foi isso que esse tipo de modelo provocou onde foi adotado.

Além disso, esse projeto desrespeita a Constituição Federal, pois não garante educação de qualidade para todos e aposta na concorrência burguesa, capitalista entre escolas. Nós não podemos admitir esse tipo de visão mercantilista no sistema de ensino.

Além disso, desrespeita a LDB, pois foge da obrigatoriedade de gestão democrática da participação das equipes escolares na elaboração dos projetos pedagógicos. Nós não podemos aceitar que um PL tente livrar as entidades privadas do crivo do Conselho Municipal de Educação ao passar todo o controle para a “parceira” Secretaria Municipal de Educação.

Esse projeto está alinhado com o nefasto projeto político de desvalorizar o serviço e os servidores públicos. Seus autores mentem quando dizem que os sindicatos municipais concordam com a terceirização na educação infantil. É uma luta antiga de todas as entidades contra toda forma de privatização ou terceirização. Eles também mentem quando afirmam que as escolas permanecerão públicas. Alguém aqui é ingênuo de pensar que equipamentos e áreas municipais, que foram terceirizados, continuam públicos? É uma deslavada mentira.

Esse PL também tem vício de iniciativa, porque esse tema é de competência exclusiva do Executivo e ele foi proposto por Vereadores, que fingiram não saber a verdade sobre o tema.

Chegando ao final, tenho que dizer que esse tipo de modelo perdeu em todas as tentativas de encaminhamento no Congresso Nacional e agora tentam comer pelas beiradas e fazer valer esse modelo nas Prefeituras Municipais. O nosso lema continua e vai continuar sendo o mesmo de sempre: “Dinheiro público na escola pública, gerida pelos funcionários públicos”.
(Palmas)

Esse é o nosso posicionamento e vai continuar sendo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Muito bem, Professor João.

Com a palavra Patrícia Pimenta, do Sinpeem.

A SRA. PATRÍCIA PIMENTA – Bom dia a todos, todas e todes. Sou Diretora de escola pública e, também, Diretora do Sinpeem.

Estou com todos vocês, manifestando o nosso posicionamento contrário ao PL 573. Não vou ser redundante em dizer o que os colegas já disseram, que também faço parte dessa defesa da escola pública, verba pública para escola pública. Mas ontem eu tive a oportunidade, quando estava indo para o trabalho, de ouvir a proponente desse projeto, a Vereadora Cris Monteiro, e ela dizia como vai ser bom para os nossos estudantes e como já é exitosa a terceirização das creches municipais.

A Vereadora não entende de escola pública, tampouco de direito dos estudantes, para fazer uma defesa dessas na mídia. Primeiro, no Art. 10º do projeto, ela fala que as organizações sociais terão liberdade para falar sobre a matriz dos saberes, sobre o projeto público, projeto político-pedagógico das unidades, a organização das escolas, as metodologias. Ela desconsidera inclusive a democracia que existe nas escolas públicas. Os nossos conselhos de escola é que organizam as nossas escolas, é que definem isso para os nossos estudantes.

Terceirizar a gestão é precarizar o trabalho.

E a gente tem prova das manchetes que a gente tem na internet, que passa nos

noticiários, o quanto isso vai ser perigoso para as escolas públicas que as manchetes, já que a Vereadora disse que são exitosas as organizações sociais nas creches. Vamos lá, vamos ver se são exitosas mesmo.

“Empresa investigada na máfia das creches.” Alguém já viu aqui o nome de um servidor como manchete de jornal por participar de uma máfia e desviar dinheiro público? Eu acho que não. Então isso não é garantir direitos dos estudantes, isso não é modernizar as nossas escolas públicas, isso é precarizar.

E, se a Vereadora tivesse um pouco de empatia pelos servidores públicos, pensaria em fazer um projeto para melhorar as nossas condições de trabalho, para ampliar os nossos módulos profissionais e, inclusive, seria contra a proposta do 428, que também está sendo debatido em outra sala neste momento, e valorizaria os profissionais de educação. São eles que acordam cedo e vão para as nossas escolas construir as aprendizagens com os nossos estudantes.

Então essa Vereadora não nos representa, esse projeto não representa a escola pública que nós defendemos na cidade de São Paulo e também no Brasil, porque nós defendemos escola pública do Oiapoque ao Chuí, não é verdade? Porque nós somos servidores, estamos nas escolas públicas para servir os estudantes, para servir as comunidades, nós não estamos lá para brincar, mas parece que nós não somos ouvidos.

E que bom que nós temos uma audiência pública hoje para dizer tudo isso. Mas as audiências também têm que deixar um espaço de ser apenas uma escuta e passar a ser uma escuta ativa. E os vereadores que nos escutam aqui devem votar contra essa proposta, devem obstruir esse projeto da Cris Monteiro, porque ele não nos representa. (Palmas) Nós não somos favoráveis a essa proposta e queremos a retirada desse PL. Ele não é bom para ninguém.

Inclusive um dos artigos fala que os servidores efetivos, se não quiserem se adequar à proposta, que peçam remoção. Olhem que absurdo. Isso é respeitar trabalhador? Isso é respeitar trabalhadora? Então é “não” a esse PL e a retirada dele já. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Muito bem. Falaria o Sedin agora, mas quero

primeiro consultar o Defensor Público Gustavo Samuel, que está *on-line*, se quer falar já. (Pausa)

O Sr. Gustavo está presente?

O SR. GUSTAVO SAMUEL DA SILVA SANTOS – Sim.

A SRA. CRIS MONTEIRO – O senhor pode reconhecer a minha presença, Presidente? Cris Monteiro.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Presente a Vereadora Cris Monteiro.

- Manifestações na galeria.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Obrigada.

A SRA. SONAIRA FERNANDES – Vereadora Sonaira Fernandes presente também.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Vamos lá, pessoal. Sr. Gustavo Samuel, Defensor Público, quer falar agora ou daqui a pouco?

O SR. GUSTAVO SAMUEL DA SILVA SANTOS – Posso falar agora, Exa.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Então a palavra está com o senhor, por favor.

O SR. GUSTAVO SAMUEL DA SILVA SANTOS – Bom dia a todas e a todos.

É sempre uma satisfação para a Defensoria Pública tratar de projetos relacionados à educação de crianças e adolescentes tanto do Município de São Paulo como do Estado como um todo.

E nós viemos aqui trazer algumas preocupações do Núcleo da Infância e Juventude sobre o teor desse projeto. Deixando para discutir questões mais técnicas, como a iniciativa do projeto, para outro momento, quero ressaltar a nossa preocupação em se propor, via projeto de lei, via proposta de uma Vereadora, ainda que ela mereça respeito pelo cargo que ocupa, a decisão sobre o melhor meio de se garantir educação às crianças e aos adolescentes, e se isso representa o melhor interesse delas, que é um princípio basilar de qualquer política pública relacionada à infância.

Tivemos algumas experiências em Goiás, por exemplo, com organizações sociais na

gestão da educação básica que não foram exitosas. Em um primeiro momento verificou-se um investimento muito alto nesses espaços, com poucos retornos, e ainda a dificuldade em se garantirem direitos mínimos aos trabalhadores da educação, que é uma medida, conforme se verifica em convenções e tratados internacionais sobre o tema, essencial para a garantia de uma educação de qualidade, como reiteram sempre a Unesco e a Unicef.

Quero destacar inclusive que a preocupação com a capacidade técnica dessas entidades que eventualmente assumam o controle das escolas é justamente por esse exemplo em Goiás, que em determinado momento, naquele estado, todas as OSs que se cadastraram, não foram aprovadas, não tinham o mínimo necessário para tocar uma educação de qualidade. Isso coloca numa insegurança jurídica enorme o desenvolvimento de crianças e adolescentes, especialmente num momento como este, de pandemia, em que a educação já foi tão afetada.

Ainda, caso esse projeto continue sendo discutido, a gente tem algumas preocupações sobre como vai ser feita a gestão democrática das escolas, com a forma de contratação desses professores e servidores. Me parece difícil que eles possam tratar efetivamente das possibilidades de questionar os projetos pedagógicos das organizações sociais. E nos parece também difícil que a comunidade escolar possa decidir sobre...

A SRA. CRIS MONTEIRO – Seu microfone está aberto, Vereador Eliseu. O senhor está interrompendo a pessoa aqui e eu estou escutando o que o senhor está falando. Vereadora Cris, aqui, falando. Escutamos o senhor falar.

O SR. GUSTAVO SAMUEL DA SILVA SANTOS – Queria destacar também que não há uma previsão, no projeto – a Vereadora que o propôs que me corrija se eu estive errado -, de decisão da comunidade escolar se prefere ser gerida por uma OS ou diretamente. Acho que isso é muito importante nas decisões sobre como a população entende que é melhor a educação, e nada melhor que os estudantes, a própria comunidade, os pais e a comunidade escolar como um todo possam participar desse processo.

A gente vê isso, por exemplo, nas gestões sobre educação em tempo integral, nas gestões compartilhadas com a polícia, por exemplo. É importante levantarmos essa

preocupação. E, para nós, algo que é muito importante para o Núcleo da Infância e Juventude, é que sejam reiterados, independentemente de qual modelo de gestão se adote no Município de São Paulo, alguns princípios democráticos para a educação.

A educação não serve somente para transmitir conhecimento, mas para promover o desenvolvimento de cidadania. Caso aprovada, nós entendemos que essa lei precisa deixar bem claro que qualquer organização social que assuma a gestão das escolas deve garantir a laicidade da educação. Não é possível que uma organização promova direta ou indiretamente, de forma clara ou com subterfúgios, preferência por algum tipo de confissão religiosa. Que se garanta a diversidade e a proteção, o combate à homo e à transfobia, igualdade de gêneros, combate ao racismo.

E aqui eu faço um alerta principalmente às discussões sobre a ideia de que se deve combater a ideologia de gênero, um termo sem nenhum fundamento científico, nas escolas, quando nós devemos essencialmente promover a igualdade de gêneros nesses espaços. Então discutir sobre as relações históricas estruturais de exploração das mulheres na nossa sociedade; o respeito aos princípios democráticos e, de novo, que isso seja voltado a uma educação para a cidadania.

Desculpem se atravessei um pouco o meu tempo, é que eu me perdi com algumas interrupções. Mas grato pela oportunidade de me manifestar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Muito bem.

O Sedin fala daqui a pouco, no próximo, que chegou mais um vereador. Estão presentes também a Vereadora Sonaira, *on-line*, e o Vereador Delegado Palumbo, para quem eu vou passar a palavra agora. Vereador.

O SR. DELEGADO PALUMBO – Bom dia.

Quando eu vejo esses projetos de leis, fico pensando: meu Deus do céu, querem arrebentar com o funcionário público de uma vez! Eles querem estourar com... Como se nós fôssemos... Nós, porque eu sou funcionário público também. A minha mulher é professora da rede pública municipal. Como se nós fôssemos os causadores de todos os malefícios que essa

Prefeitura aí causa.

Eu tenho percorrido os hospitais. O Hospital da Brasilândia é um grande exemplo, está um caos. E sempre os culpados são os funcionários públicos. Agora querem enfiar essas organizações nas escolas, como se isso fosse a salvação da pátria. E não é. (Palmas) Que saudades dos anos 1980, 1990, quando acredito que a maioria daqui estudava em escola pública. Mas arreventaram com o serviço público e querem colocar a culpa nos funcionários públicos.

Então eu estou aqui, Eliseu, Celso, para dizer que, mesmo que eu seja do partido do Prefeito, eu sou do partido do Prefeito, eu sou aliado, sim, dos funcionários públicos, porque – repito e não canso de repetir – tenho muito orgulho. Meu pai dava aulas de manhã, à tarde e à noite para levar um salário de miséria para a Casa. A minha mulher, a mesma coisa. Então eu não vou contra vocês.

Eu sei que me confundiram com outro Vereador que tem o mesmo nome, mas quero deixar bem claro aqui que Delegado Palumbo não vota contra professor.

Muito obrigado a todos. Desculpem interromper a votação. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Anuncio também a presença do Coletivo Paulo Freire. Eu pediria que algum representante do Coletivo faça parte a Mesa. Tem alguém do Coletivo Paulo Freire? (Pausa) Então acho que nos enganamos. Meire. (Pausa) É só fazer parte da Mesa. Quem vai representar o Coletivo? (Pausa) Meire.

Então agora passo a palavra para a Sheila, do Sedin. Depois fala o Sindsep, acho que é o Luan.

A SRA. SHEILA MENDES – Bom dia, todas, todos e todes.

Que bom ver novamente esta Casa cheia de representantes e dos servidores públicos. Infelizmente, não gostaríamos de estar aqui, gostaríamos de estar nas nossas escolas, na rua, conversando com os nossos filiados, visitando as escolas e os servidores das escolas também. Mas não estão aqui porque são vagabundos, estão aqui defendendo a escola pública, estão defendendo o serviço público, o atendimento de qualidade que nós realizamos, sim.

Meu nome é Sheila, estou Diretora do Sedin.

Eu peguei alguns tópicos do projeto. O Art. 2º diz que o objetivo é a melhoria da qualidade do ensino. Essa melhoria perpassa pelo que está acontecendo no primeiro andar, na audiência pública do 428; perpassa por valorização real dos servidores públicos, a melhoria da qualidade de ensino.

Em relação ao novo modelo de gestão, a gente sabe exatamente qual é o modelo de gestão desta administração: é terceirização, é dar dinheiro público para os seus amigos, cobrando a conta da eleição. (Palmas) Foram eleitos e agora é hora de pagar a conta para os seus amigos.

Outra coisa: criação de ambiente atrativo. Nós temos trabalhos de excelência na nossa rede, vários trabalhos de excelência. Eu posso citar um só: EMEI Nelson Mandela, trabalho de excelência. E várias outras unidades, que, se eu abrir aqui, todo mundo tem uma unidade de excelência para citar.

Transparência na aplicação dos recursos públicos. Nós vimos na semana passada o Vereador Donato dizer que precisou entrar com um processo da Lei da Transparência para obter os estudos sobre o PL 68, com os números. E aí a Vereadora que, a meu ver, com todo o respeito, deveria ter tido a decência de estar presente nesta audiência pública, presente presencialmente, assim como todos os servidores da Prefeitura estão trabalhando presencialmente, deveria estar aqui cara a cara com a gente, tanto a D. Cris Monteiro como o Sr. Rubinho Nunes como o Sr. Fernando Holiday. Só aparecem quando nós estamos lá em cima e eles lá embaixo. Quando é *tête-à-tête*, olho no olho, aí não têm coragem de estar aqui.

Outra coisa: no Art. 10º, como disse a nossa companheira Patrícia, fala sobre estruturar a matriz curricular. Nós sabemos o quanto o servidor público estuda, o quanto nós organizamos a matriz curricular na nossa cidade; aliás, exemplo para várias cidades e vários estados do nosso país. Então não é uma OS que vai dizer como é que nós temos que trabalhar. Nós sabemos como nós trabalhamos. (Palmas) Nós sabemos o que a nossa comunidade escolar, o que o nosso território precisa. Nós não precisamos de OSs para nos dizer isso.

Mais uma coisa: o pessoal costuma fazer projetos de lei sem nem conhecer a rede. Eu estava batendo papo aqui com a companheira Margarida, ela veio me atentar sobre isso. No projeto diz vice-diretores. Gente, por favor, na rede municipal nem existe esse cargo. Fica só um toque aí. É bom retirar porque está ficando feio.

O Sedin pede a retirada já do projeto.

Obrigada.

- Manifestação no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Eu queria agora passar a palavra para a Luana, do Sindsep.

A SRA. LUANA BIFE – Bom dia a todos os colegas, companheiros e companheiras. Quero saudar a mesa, os companheiros do Sindicato, o Eliseu, o Celso.

É muito triste estar aqui nesta manhã para defender o óbvio, ou seja, a educação pública na cidade de São Paulo.

No momento mais difícil do Brasil onde a fome e a carestia tomam conta, quando o povo brasileiro e a população da cidade de São Paulo precisam de mais serviços públicos, nós estamos aqui para defender a educação pública contra esse PL que é um brutal ataque, que trata da terceirização e privatização da educação na cidade de São Paulo. A política da Prefeitura é menos serviços públicos, quando a gente precisa de mais.

Ao contrário, nós deveríamos discutir investimentos, mais recursos, construção de escolas, o que foi o retorno nessa pós-pandemia, entre aspas. Discutir, de fato, a defasagem que foi aberta nesses dois anos da crise mais alta do Covid-19, da falta de material, de recursos. Isso sim é tratar de qualidade da educação, não apresentar um PL que, na nossa opinião, é um recorte e cola, bem sem-vergonha, de PLs apresentados em outros estados como Minas Gerais e Pernambuco. (Palmas) Em Minas Gerais já se comprova o desastre desse PL. É um desastre.

Assim como os companheiros falaram aqui do CEI conveniado, que é outro caráter - que nós defendemos educação pública, dinheiro público, para educação pública, não a terceirização -, chove, é uma enxurrada de denúncias no Ministério Público e no TCM por conta

de desvio dos recursos públicos da Educação. É a promoção do desmonte público.

Nesse sentido, o que mais fere nesse PL é o artigo 12 que diz que o servidor que não se submeter ao regime da OS pode ser removido para uma escola do lado, foi uma fala da Vereadora na CBN. Ela desconhece como funciona a rede, não sabe como funciona a remoção. Assim como não sabe que o nosso gestor, que o diretor na cidade de São Paulo não é indicado, ele é carreira, concursado, ele é acesso (Palmas) tem de ter formação.

É uma afronta ler esse PL, escrito, como eu disse, com recorta e cola por quem desconhece como funciona a rede. Ele ensaia como foi a implementação do PAS, na cidade de São Paulo. (Palmas) É o desmonte, aí companheirada, não há meia privatização. “Ah, mas a escola continua pública.”

Não tem meia privatização, a escola continua pública então vamos discutir recursos. O artigo 21, da Lei 14.113, Fundeb, que veda recursos do Fundeb para esse modelo. E aí, não vai ter Fundeb na cidade de São Paulo? Vai diminuir? Ela não diz, isso não fica claro. E a EJA terminalidade, como faz? Além dos vícios, fere a própria Constituição. É ilegal, imoral apresentar um PL dessa natureza.

Quero dizer que nós defendemos a escola pública, com verba pública para os filhos dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade de São Paulo.

Nós continuaremos aqui brigando por essa escola. Retirem esse PL, é o mínimo. Retirem o PL e valorizem a educação discutindo construção de escola, redução de aluno por sala de aula, contratando mais profissionais da educação.

Finalizo com isso, a terceirização foi avançando, começou na cozinha da escola, no setor da limpeza, com a creche conveniada, mas ela não vai ser a pá de cal da educação pública na cidade de São Paulo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Quero chamar a Sra. Lara Elena Ramos Simielli, professora do Departamento de Gestão Pública, da Fundação Getúlio Vargas.

A SRA. LARA ELENA RAMOS SIMIELLI – Bom dia a todos e a todas.

Cumprimento meus colegas de mesa, também quem está acompanhando *on-line*.

Eu trouxe um conjunto de *slides*, se vocês puderem colocar, por favor.

Eu sou professora da GV, do Departamento de Gestão Pública, mas também sou diretora de Conhecimento Aplicado do D3e.

- A oradora passa a se referir a imagens exibidas em tela de projeção.

A SRA. LARA ELENA RAMOS SIMIELLI – D3e é uma associação sem fins lucrativos, nosso objetivo é qualificar o debate em educação, fazendo a ponte entre evidências e conhecimentos científico, e os tomadores de decisão. Pode pôr no próximo *slide*, por favor.

O meu objetivo hoje é trazer um estudo que fiz em parceria com o professor Martin Carnoy, da Faculdade de Educação de Stanford, sobre quais são as evidências desse tipo de mecanismo de gestão compartilhada.

Pode colocar o próximo, por favor. Essa é a síntese, quem tiver interesse, é uma síntese de cinco páginas, por esse QR Code vocês acessam essa síntese. E aqui eu trago os principais pontos a que a gente chega, quais são as nossas conclusões.

Pode colocar, por favor, o próximo. Primeira coisa é: este PL está propondo o que a gente chama, dentro da área de administração pública, de escolha educacional. E a gente tem vários tipos de escolha, quando a gente fala desses mecanismos de escolha. Tem a escolha dentre escolas públicas. Então, por exemplo, tirar a possibilidade de fazer matrícula por CEP e deixar aberto na cidade. Esse seria um tipo de escolha. O que esse PL está propondo é o que a gente chama de escolha de mercado, que é a introdução de uma gestão compartilhada, que vai dar mais escolha para os pais e maior competição entre as escolas. E tem dois mecanismos: a escola *Charter* e *Voucher*. E aí olhamos, especificamente, para essa escola *Charter*. Quais são as evidências de que essas escolas *Charter* – *Charter* é o nome do contrato, por isso que a gente chama dessa forma – qual a evidência de pegar uma escola pública e colocar gestão dessa escola pública na mão de uma organização não governamental, de uma instituição privada, de pais, de professores? Então esse foi o nosso objetivo.

Pode colocar o próximo, por favor. Para a gente responder a essa pergunta, olhamos para duas bases de dados internacionais, que tem os melhores artigos mais robustos do mundo,

então, a *Scopus* e a *Web of Science*. Levantamos, inicialmente, 848 artigos publicados nos últimos dez anos. Seleccionamos aqueles, dez artigos, que foram publicados em revistas com maior pontuação, e que foram mais citados pelos pares, para garantir que o que estamos trazendo para vocês aqui é uma evidência robusta, muito robusta. Então, os artigos – não, não falei ainda evidência, calma, gente. A gente está trazendo evidências de revistas muito bem qualificadas e que são mais citadas por pares. No total, são 150 estudos, que vão olhar para Estados Unidos, Chile, Suécia e Colômbia.

- Manifestação no recinto.

A SRA. LARA ELENA RAMOS SIMIELLI – Pode passar para o próximo.

Olhando para 150 estudos internacionais, que foi o que a gente olhou, a gente chega a duas conclusões: não melhora a qualidade da educação; não tem nenhum impacto no desempenho dos alunos. (Palmas) E o segundo ponto é: vai aumentar a segregação do sistema. Vai aumentar a estratificação do sistema. (Palmas) É importante falar da metodologia, porque estamos olhando para evidências internacionais, que são muito robustas. Esses artigos foram publicados nas melhores revistas de administração pública, economia e educação do mundo. Não tem nenhuma evidência científica que embase esse PL. São os artigos mais citados das melhores revistas do mundo. (Palmas)

Queria só terminar com um terceiro ponto, então esses dois pontos são relativos a esses estudos. São 150 – só para reforçar – 150 estudos publicados nas melhores revistas, mais citados internacionalmente.

Além disso, aqui no município de São Paulo tem uma questão orçamentária, dado que isso não vai poder ser financiado pelo Fundeb. Os alunos terão que ser financiados por outras fontes dos cofres públicos. Em uma escola hipotética de mil alunos, por exemplo, o impacto para o orçamento do município será de seis milhões de reais. Então, eu acho que a gente tem que olhar para as evidências e entender que esse PL está sendo proposto sem embasamento científico.

Era esse meu ponto, agradeço. Obrigada.

- Assume a presidência o Sr. Celso Giannazi.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, professora Lara. A professora Lara é professora da Fundação Getúlio Vargas, estuda esse assunto. É muito importante que ela traga esses 150 estudos, porque a própria Vereadora, autora do projeto, fala de experiências internacionais. Mas fala de uma forma empírica, de um achismo. A professora Lara traz dados científicos, de estudos comprovados. Muito boa apresentação, muito importante, Professora Lara. (Palmas)

Dando sequência, eu gostaria de chamar o Professor Fernando Cássio, professor adjunto da Universidade Federal do ABC, que está *on-line*.

O SR. FERNANDO LUIZ CÁSSIO SILVA – Bom dia, me ouvem?

Quero agradecer o convite, a presidência da Mesa; cumprimentar o relator do PL e a audiência.

Quero dizer que já fui muito contemplado por várias falas que me antecederam, quero comentar, quer dizer, li a exposição de motivos do projeto de lei, também já escrevi a respeito.

Além dessa questão, acho que a professora que me antecedeu já falou claramente, em relação à questão das supostas e pretensas evidências. É uma defesa desavergonhada de uma superioridade do privado sobre o público, mas que não tem nenhum tipo evidência de que isso vá melhorar resultados educacionais.

Tem outra coisa, que é uma questão ética relacionada a esse projeto. De fato, ele claramente se coloca como uma proposta de barateamento da educação pública do mais pobre. Então, é isso, como se fosse resolver problema de indicadores educacionais em escolas onde estão as populações mais vulneráveis, quer dizer, as populações mais vulneráveis que estão nas escolas mais vulneráveis precisando de investimentos proporcionais.

Então, essa é a grande solução do problema. Investir mais para quem mais precisa e o que esse projeto propõe é exatamente o contrário, baratear a educação dos mais pobres.

Tecnicamente é um projeto muito ruim, muito frágil. Então, ele é ilegal, do ponto de vista da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, porque basicamente viola o princípio da gestão

democrática, um princípio constitucional. Por exemplo, repassando a prerrogativa de decisão sobre projeto pedagógico para uma organização privada. Essa é uma prerrogativa da comunidade escolar. Então ele é ilegal também, do ponto de vista da LDB.

Ele tem problemas, do ponto de vista de financiamento. A professora Lara já colocou isso, ele não pode ser financiado com verbas do Fundeb. Inclusive isso é um ponto de convocar os Vereadores e as Vereadoras que tenham a responsabilidade em relação ao erário, de onde virão os recursos para pagar essas Organizações Sociais.

E, por fim, esse argumento ainda não apareceu, mas logo virá alguém para defender esse projeto aviltante, não existe nenhum tipo de simetria, de paralelo, entre o que está se propondo nesse PL e a contratação das creches ditas conveniadas, essa contratação prevista por lei. E ela existe porque existe insuficiência de vagas na rede própria. É por isso que existe creche conveniada. Mas não existe nenhum tipo de paralelo para a privatização, a terceirização de gestão escolar, quando você tem insuficiência de vagas. O Fundeb não permite financiar esse tipo de coisa e a Prefeitura de São Paulo vai tirar dinheiro de onde para fazer isso?

Concluo aqui a minha rápida intervenção dizendo que esse é um projeto tecnicamente falho. Ele é desonesto, do ponto de vista dos argumentos que ele mobiliza. Não existe nenhum tipo de evidência. E é inviável, do ponto de vista de financiamento educacional, dos mecanismos existentes. E ele é ilegal, do ponto de vista da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, além de violar diversos princípios relacionados à própria carreira de profissionais da educação na cidade de São Paulo.

Portanto, de fato, assim, eu fico até um pouco triste de ver o tempo que estamos gastando discutindo um projeto que na realidade nem deveria ter sido proposto, dado a sua completa alienação, em relação à realidade da escola pública na cidade de São Paulo.

É isso. Obrigado.

- Assume a presidência o Sr. Eliseu Gabriel.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Muito bom. Obrigado, professor.

Eu quero, agora, chamar o Deputado Estadual Carlos Giannazi, Presidente da

Comissão de Educação da Assembleia Legislativa.

Por favor, Deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI – Bom dia ou tarde a todos e a todos.

Quero saudar todos os participantes dessa audiência pública, saudar o Vereador Eliseu Gabriel e todos os nossos colegas da rede municipal de ensino, da qual eu faço parte também. Estou aqui como Deputado Estadual, não faço mais parte da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, mas sou integrante da carreira do magistério municipal, diretor de escola licenciado, da Escola Municipal Miguel Vieira Ferreira.

Gostaria, rapidamente, de dar a minha contribuição para esse importante debate, para essa importante luta contra a privatização da rede municipal de ensino.

Primeiro, dizendo que esse projeto que foi apresentado é quase que uma cópia de outro projeto que foi apresentado na Assembleia Legislativa, pelo mesmo partido, o partido NOVO, que de novo não tem nada. É um partido velho, que defende teses velhas. Enfim, o projeto, lá, não foi aprovado. Nós fizemos oposição e projeto não foi aprovado na Assembleia Legislativa. Derrotamos a aprovação desse projeto na Assembleia Legislativa. E, agora, ele foi quase que copiado, aqui, para o município de São Paulo.

É inacreditável que, depois de termos aprovado a LDB em 96, os planos de educação, o plano nacional, o plano municipal, o plano estadual e toda legislação vigente, apontando para outra direção, com todas as metas estabelecidas pelos planos de educação, ali sim, nós temos uma política de estado da área da educação. Então, é inacreditável que estejamos hoje debatendo um projeto como esse, que é um falso problema.

Esse projeto, na verdade, eu classifico – o PL 573 – como o projeto da “cloroquina” da educação. (Palmas) É um projeto terraplanista, negacionista, da educação. Estamos indo para um lado, para cumprir as 20 Metas do Plano Nacional de Educação e o projeto vai numa direção totalmente contrária.

Mas, nós sabemos qual é o verdadeiro interesse, o que está por detrás desse projeto. Há uma questão aí econômica, ideológica, fortíssima, que é a transferência dos recursos públicos

do orçamento da educação, que é o maior orçamento da cidade de São Paulo para as Organizações Sociais de caráter privado.

Agora, isso é um absurdo, porque é inconstitucional, viola vários princípios da Constituição Federal, da LDB e toda legislação vigente do nosso país. Afronta o princípio da gestão democrática da escola pública. Afronta, minha gente, o princípio do concurso público para o ingresso no Magistério Público no Brasil. Afronta o direito à educação pública. Então, é um projeto, na verdade, totalmente inconstitucional e que tem que ser na verdade, retirado aqui da Câmara Municipal de São Paulo.

Quero parabenizar o parecer, que foi elaborado pelo Vereador Celso Giannazi, que é um parecer contrário, que coloca todas essas questões que estamos debatendo aqui, todos esses argumentos, porque o que precisamos é de mais investimento na educação. Temos que cumprir, sobretudo, aquela meta do Plano Nacional de Educação, de investir 10% do PIB na educação pública brasileira.

E esse projeto também afronta a nova lei do Fundeb, minha gente, porque se ele for aprovado, São Paulo deixa de receber recursos do Fundeb. O projeto vai na contramão. Ele vai beneficiar exatamente o setor privado e canalizar recursos públicos da educação para esses grupos econômicos, como já acontece com a saúde e como eles tentam fazer também com a previdência. Queriam instituir aqui em São Paulo a capitalização, para que os bancos pudessem abocanhar os recursos da nossa Previdência Municipal. Então é disso que se trata.

E olhem, o partido NOVO, minha gente, nada mais é do que um partido terceirizado pelo PSDB. Nem o PSDB tem coragem mais de apresentar essas propostas. Mas, o NOVO está a serviço. É um partido terceirizado pelos tucanos no estado de São Paulo e na cidade de São Paulo.

Então, deixo aqui essa contribuição. Vamos derrotar esse projeto privatista e inconstitucional. Como eu disse, ele afronta vários princípios da Constituição Federal.

Então, contem com o nosso apoio nessa luta. Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Obrigado, Deputado.

Passo a palavra ao Professor Daniel Cara, da Faculdade de Educação da USP e membro do Comitê Eletivo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Professor Daniel Cara, por favor.

O SR. DANIEL TOJEIRA CARA – Bom dia a todas e todos.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar a Câmara dos Vereadores da Cidade de São Paulo, nas pessoas do Vereador Delegado Palumbo, Vereador Eduardo Suplicy, Daniel Annenberg. Quero fazer uma menção especial ao Vereador Celso Giannazi, que solicitou essa audiência pública; também as Vereadoras Cris Monteiro, Sonaira Fernandes. E, cumprimentar muito especialmente o Presidente da sessão e da Comissão de Educação, Eliseu Gabriel, que é de uma das regiões mais bonita de São Paulo, a região de Pirituba, que é a minha região também, e falo com muito carinho. região. A Olga também está presente, e falo com muito carinho da nossa região, Olga. A Olga é do Coletivo Paulo Freire.

Bom, quando observei esse projeto - e concordo com todos que me antecederam -, que falaram que é um projeto de uma iniciativa recorrente, que tem sido apresentado em diversas casas legislativas, municipais, estaduais e também no Congresso Nacional. Eu tive a preocupação e participei recentemente de uma atividade organizada pelo Sinesp, com o Vereador Eliseu Gabriel e coloquei essa questão, porque acho importante registrar aqui na Câmara dos Vereadores de São Paulo.

Esse projeto constrói um percurso de algo que já foi testado e deu errado em outros países. É importante citar que, especialmente nos Estados Unidos da América, esse tipo de iniciativa ainda é presente, mas está em processo de desconstrução.

Esse projeto, apresentado pela Vereadora Cris Monteiro, traz na prática uma estratégia de política pública que já foi testada e superada em outras realidades. A própria apresentação da Lara traz essa questão, da minha colega Lara Simielli. Mas, precisamos conhecer um pouco da história para poder evitar que se repita a história no Brasil, porque a cidade São Paulo, o estado de São Paulo e o Brasil, não merecem viver uma experiência malsucedida. Quer dizer, é irracional viver uma experiência malsucedida.

Mas para, além disso, no final, vou dizer que toda discussão tem um problema de enquadramento, Vereador Eliseu Gabriel, Vereador Celso Giannazi, e que a gente também precisa corrigir a rota para colocar o caminho do debate público na área de educação no trilho correto.

Em primeiro lugar, esse tipo de iniciativa, Vereadora Cris Monteiro, que está aqui presente, e converso com a Vereadora, como exige a boa liturgia democrática, ele se inicia em um relatório que foi escrito nos Estados Unidos, no ano de 1983, para gente observar o quanto estamos defasados nesse debate, no Brasil, tentando trazer para o Brasil um debate que já foi superado e que começa a ser superado, efetivamente, nos Estados Unidos, já há algumas décadas.

E esse relatório, se chamava, traduzindo para o português, em tradução livre, uma nação em risco. E foi feito por uma comissão, que se chamava no Governo Ronald Reagan, Comissão Nacional de Excelência em Educação.

Quero falar, particularmente com as educadoras e os educadores, em especial com um dos maiores educadores do país, que é o meu orientador e está presente, Vitor Henrique Paro, que tem um trabalho importantíssimo sobre gestão democrática. Vou fazer a análise dessa comissão, a partir dos próprios livros do Vitor, em especial os livros mais recentes.

Para se ter uma ideia do que era essa comissão, ela tinha doze administradores, um empresário, um físico, um químico, um político, um ativista conservador, vinculado ao partido republicano dos Estados Unidos e apenas um professor. Era uma comissão de 18 pessoas, que constrói uma política e que apresenta uma política, que resultou, segundo a análise dos resultados dessa política implementada, que depois foi fortalecida por um livro que se chama: *Fazendo as escolas trabalharem, melhorando a performance e controlando custos*, de 1994, de um economista chamado Eric Hanushek. Ele lidera essa produção, da materialização das conclusões desse relatório, e o resultado dessa política, que depois começa a ter uma série de situações nos Estados Unidos, em especial, *No Child Left Behind, Nenhuma Criança para Trás*, de 2001, que é revogada. E olha só que representativo, é revogada por uma lei que é recente

nos Estados Unidos, de que todo aluno é bem sucedido, de 2015, e as conclusões dessa experiência nos Estados Unidos é que a ideia das escolas *charters*, que a Lara apresentou, e a ideia do que está sendo debatido a partir desse projeto, é que se constrói uma educação que ensina para o teste, e aí vou contar para vocês a experiência que eu vivi na Coreia do Sul, em 2015, no Fórum Mundial de Educação.

Os estudantes sul-coreanos diziam que eles sabiam responder uma prova, por isso que eles iam bem no Pisa, e que eles tinham total capacidade de responder uma prova, mas não sabiam resolver um problema, tanto é que a Coreia do Sul está vivendo agora um processo de reforma educacional.

Então, essas políticas geram uma educação que é orientada ao ensino para o teste, ao estreitamento curricular que a gente vive no Brasil agora, inclusive, com a Base Nacional Comum Curricular, que está sendo criticada, como o (palavra ininteligível), que é o equivalente a nossa BNCC nos Estados Unidos, numa tentativa de retomar o sistema de ensino baseado nos conceitos do John Dewey, que é o grande mestre do nosso gigante Anísio Teixeira, que é um dos principais lutadores pelo direito à educação da história do Brasil.

O terceiro ponto é que esse tipo de política gera a seleção de estudantes, ou seja, as escolas começam a procurar a construir estratégias em que elas buscam atrair os estudantes que tem melhor desempenho e a rejeitar os estudantes que tem pior desempenho nas avaliações de larga escala, que de longe, não significa que esses estudantes não tenham capacidade de aprender, ao contrário, a didática ensina que todos têm capacidade de aprender, é um dos esteios da didática, como eu aprendi com Vitor Henrique Paro.

A outra questão, que é fundamental, o quarto problema, é a fraude, daí há vários casos nos Estados Unidos, convido até a Vereadora Cris Monteiro, é fácil encontrar no YouTube. É fácil encontrar, até porque tem casos no Brasil, Foz do Iguaçu teve um problema concreto de fraude, no sentido de fazer com que a gestão de Foz do Iguaçu parecesse ser melhor do que ela é, dentro das avaliações em larga escala. E gera dois problemas, eu até fiquei muito preocupado com uma entrevista do Vereador Fernando Holiday à revista *Veja*, não sei se foi para a revista,

ou para o *site* da *Veja*. De qualquer forma eu vi pelo *site*, em que ele diz que a grande vantagem desse projeto é gerar competição nas escolas. O resultado desse tipo de política, Vereador Fernando Holiday, é exatamente a desigualdade e a discriminação, ou seja, as escolas começam a competir e os alunos que não conseguem matrícula nas escolas que supostamente, porque está distante de garantir qualidade da educação, os alunos que não conseguem matrícula nessas escolas acabam sendo discriminados em relação ao seu bairro, em relação a outras crianças e jovens. Ou seja, esse problema é um problema grave e esse projeto é eivado de problemas em termos pedagógicos.

Agora, existe uma questão de enquadramento que, como cidadão da cidade de São Paulo, como formador de professores e como pesquisador na área da educação, eu vejo como algo gravíssimo, porque para além disso tudo, existe uma questão fundamental: esse projeto é inconstitucional. Eu fico assustado de observar que a Câmara dos Vereadores de São Paulo na sua Comissão de Constituição e Justiça não barrou esse projeto, porque ele claramente fere o artigo 213.

Meu grande amigo Fernando Castro trouxe aqui com razão, porque ele fere a LDB. Mas, antes de ferir a LDB, ele fere a Lei Maior, no artigo 213, pois é dito de maneira explícita que é aceita a transferência de recursos públicos para instituições privadas no Ensino Fundamental e Médio, quanto à falta de matrículas, que é um problema que não existe na cidade de São Paulo. Então, além de não receber recursos do Fundeb, esse projeto não vai poder receber recursos do Fundeb, esse projeto não pode existir constitucionalmente dentro da cidade de São Paulo, porque é um projeto flagrantemente inconstitucional, e que precisa, como muito bem colocou o plenário, que tem sido proferido por diversas pessoas que se apresentaram aqui, existe uma clareza objetiva de que esse projeto tem de ser retirado efetivamente de pauta. Ele não pode continuar a sua tramitação, porque não se trata de uma discussão sobre preceito pedagógico, antes de tudo, se trata de uma discussão constitucional.

É importante dizer que existe uma outra contradição, e quero parabenizar o Sinesp. Nesse debate, alguns especialistas do Sinesp, alguns servidores públicos que participam do

Sinesp, trouxeram uma pergunta para mim sobre gestão democrática. E sobre a gestão democrática posso te dizer que o projeto tem a maior contradição, porque na sua exposição de motivos, ele diz que as escolas permanecem públicas, mas a sua gestão vai ser uma gestão compartilhada, o que na prática significa uma gestão privada. Só que existe um problema concreto, no artigo 206 da Constituição Federal, no inciso VI, reza sobre os princípios do ensino no Brasil. Ele diz de maneira clara que toda gestão num estabelecimento público tem de ser democrática e o projeto da Vereadora Cris Monteiro, em parceria com outros Vereadores, diz que a gestão dessas escolas vai ser uma gestão numa lógica privatizada e que, portanto, não é uma gestão democrática. Ou seja, o projeto entra em uma contradição concreta nos seus próprios termos. Por mais esse motivo também que não poderia ter a sua tramitação continuada.

É importante dizer, para finalizar a exposição de argumentos, que esse projeto compõe um conjunto de tentativas do partido NOVO, que de maneira democrática, tem seus representantes nas casas legislativas, que passaram pelo voto, quero deixar isso claro. Mas, o partido NOVO tem apresentado esse projeto, que é inconstitucional e que teve frequentes derrotas em uma casa Legislativa, a casa Legislativa que contempla as questões nacionais, que é o Congresso Nacional, as duas casas, Câmara e Senado. O projeto sequer alcançou o Senado Federal, então ele teria sido negado na casa legislativa, que é a representação do povo brasileiro, a Câmara dos Deputados. Observem, com todos os problemas que nós temos na Câmara dos Deputados, ideias semelhantes a esses projetos foram negadas, em julho de 2020, em dezembro de 2020, em dezembro de 2021, ou seja, nem a Câmara dos Deputados, hoje, comandada por uma forma de gestão pautada no orçamento secreto, deixou que esse tipo de política avançar.

Sempre pesa o fato de que ela agrada o Ministro da Economia Paulo Guedes. A conclusão, portanto, de tudo isso que eu trouxe para vocês, é que o projeto é inconstitucional, ele vai desorganizar a rede pública da cidade de São Paulo, que é o tesouro de São Paulo. Uma cidade como São Paulo, que não valoriza os seus servidores e que não valoriza completamente a sua rede pública municipal, é uma cidade que não tem a compreensão da importância que é realizada em termos do trabalho educacional da rede, uma rede que foi institucionalizada há

muitos anos, mas que teve uma virada qualitativa, a partir da gestão do maior educador da história do Brasil, que se chama Paulo Freire, na gestão Luiza Erundina.

Até hoje há a tentativa de desconstrução do que de mais essencial foi feito no município de São Paulo, em relação à educação, na gestão Paulo Freire e Luiza Erundina, que depois teve boas gestões, entre elas gestões de campos divergentes, e que concretamente é uma rede que precisa ser fortalecida e precisa retomar os seus princípios originais do Paulo Freire, que tentam ser desconstruídos. Eu espero que a Câmara Municipal não siga essa toada.

Por último - e é importante frisar - esse projeto faz parte de uma estratégia, de uma lógica econômica, que é o neoliberalismo, que é estudada. As pessoas, muitas vezes, quando nós falamos de neoliberalismo torcem o nariz. Mas, é uma lógica que foi estudada pelo Michel Foucault, Jean Bordieu, estudada pelo Perry Anderson. Foi estudada por um grande pensador brasileiro, chamado Chico de Oliveira, que infelizmente veio a falecer há poucos anos e que foi um grande parceiro do nosso Vereador Eduardo Suplicy.

Esse projeto tenta fazer algo e a gente não pode fugir desse debate, ele tenta tornar algo que é essencialmente público, um negócio. É importante que a gente diga de maneira clara, inclusive a forma como é feito o conveniamento em creches em São Paulo, também é um negócio e precisamos tratar essas estratégias de privatização com a seriedade que elas merecem.

Qual é a solução para a escola pública e a educação pública brasileira? Muitas vezes você fala sobre as experiências internacionais, eu sou professor de educação comparada, daqui a alguns dias vou para Genebra para discutir a situação dos direitos humanos na educação no mundo e no Brasil e observando tanto em *loco*, como no debate público a questão de como os outros países fortaleceram a educação, existem caminhos que são pontuais e que precisam ser seguidos, que estão dentro da lógica dos mandatos de diversos Vereadores desta Casa. Quero destacar o trabalho que tem sido feito pelo Eliseu Gabriel e pelo Celso Giannazi, que eu acompanho de maneira mais próxima, em relação ao que eles têm defendido sobre a educação.

O caminho completo é o fortalecimento do público. Na Finlândia, na reforma educacional da década de 70, obrigaram que todas as escolas fossem públicas. Então, se é para

utilizar um exemplo internacional, se utilize o exemplo finlandês, que é a melhor educação no mundo ocidental. Valorização dos profissionais da educação, não tem outro caminho, se não valorizarem os profissionais da educação, não se consegue ter educação de qualidade. No caso brasileiro, implementação do custo/aluno/qualidade, que está na Constituição.

Faço aqui um pedido para os Vereadores de São Paulo: que implementem o custo/aluno/qualidade antes em São Paulo, para que São Paulo seja um exemplo positivo e não negativo em relação às pautas educacionais, como aconteceu agora recentemente com o Sampaprev 1 e 2. São exemplos negativos do que não deve ser feito em termos de gestão pública. Fortalecimento da rede pública, o que significa essencialmente a troca de experiências na rede.

Eu fui antecedido aqui por uma excelente fala da companheira do Sedin e ela disse com muita propriedade que nós temos inúmeras escolas de excelência e citou uma escola que é essencial, a escola Nelson Mandela. Esse é o caminho, fazer com que se valorize o excelente trabalho que tem sido feito na nossa rede. Valorizem a rede, valorizem nossos estudantes e principalmente os nossos profissionais, que estão contidos na nossa rede.

Por último, para que a educação dê certo, ela deve ser democrática. Na educação, a participação dos atores, a soma dos atores, inclusive em relação às divergências, altera a qualidade do aprendizado. São Paulo tem um caminho a trilhar. Infelizmente, com todo respeito Vereadora Cris Monteiro, o caminho que a senhora está propondo é de desconstrução de algo que tem dado certo e que faz com que a cidade de São Paulo continue sendo uma liderança no país.

Agradeço a todas e todos e peço desculpas se me estendi aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Obrigado, Professor Daniel Cara.

Vou passar a palavra agora para o Professor Vitor Faro, professor da Faculdade de Educação da USP.

O SR. VITOR HENRIQUE FARO – Cumprimento a todos e todas.

Depois dessa fala do Daniel Cara, eu praticamente não preciso falar nada. Além

disso, estou em cima do meu tempo, absolutamente em cima, por isso pedi que eu pudesse falar já. Não preciso falar, acho que o mais importante aqui é fazer o meu depoimento como pesquisador há 40 anos na escola pública, pesquisando precisamente a gestão escolar. Tenho vários livros de tantas pesquisas publicadas.

Manifesto dois sentimentos. Primeiro, o sentimento de tristeza, saber que numa cidade como São Paulo nós ainda temos Vereadores com essa lamentável pobreza de espírito, é de espírito público. O exame que eu faço desse projeto me lembra o humor do meu sogro, é um verdadeiro nada; ele dizia o nada é o seguinte, é uma faca sem lâmina, da qual tiraram o respectivo cabo. É esse projeto, em termos de democracia, em termos de educação. Infelizmente não existe qualquer conhecimento em educação. Chega-se ao cúmulo de reiterar que o aluno tem que ter o protagonismo, eu não acredito, é a maior redundância que existe. Precisa um Vereador ou uma Vereadora propor um projeto para dizer a coisa mais óbvia do mundo, sem protagonismo, sem querer, ninguém aprende. E o importante é ter escolas que consigam fazer com que as crianças aprendam e nós temos visto todos os esforços para evitar que elas queiram aprender.

É preciso dar condições aos professores e que as OSs paguem impostos, em vez de sonegar; que as OSs se empenhem em fazer alguma coisa boa para os professores para dar melhor condições de vida para eles, para conseguirem fazer com que as crianças queiram verdadeiramente aprender, porque quem aprende são elas. O trabalho final é feito, delas. Eu costumo dizer que o produto do professor não é uma coisa, o produto do professor é outro trabalho, o trabalho do professor tem como resultado o fazer do aluno. Então, é muito triste saber que nós estamos assim.

E minha alegria, que se repete e funde com todos os motivos, primeiro a alegria de ver essa veemente manifestação contra esse tipo de projeto, de todas as áreas. Também a alegria de ver o meu queridíssimo Eduardo Suplicy, que eu tenho como uma das pessoas mais importantes dessa nossa querida cidade; a importância de ter aqui o Eliseu Gabriel, o Carlos e Celso Giannazi. E a felicidade de perceber que existe uma oposição muito grande contra esse

tipo de projeto. Mais do que isso, essa oposição significa que as coisas não estão perdidas, tem muita gente contrária à coisa ruim, tem muita gente preocupada com a verdadeira escola pública. Delenda esse PL. Vamos nos preocupar com educação por um Brasil melhor. É isso que eu tenho a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Tem a palavra o Vereador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Primeiro, Presidente Eliseu Gabriel, meus cumprimentos pela qualidade dessa audiência pública, que está gerando um interesse muito forte em defesa do ensino público.

Eu quero primeiro agradecer as palavras, tanto do Professor Vitor Henrique Faro, como de Daniel Cara, e cumprimentá-los pela exposição tão significativa que fizeram para todos nós.

Conforme exposto no Projeto de Lei 573/2021, de autoria da Vereadora Cris Monteiro, do NOVO, o PL busca a melhoria da qualidade do ensino a partir de um novo modelo de gestão, a gestão compartilhada, sendo que as escolas permaneceriam públicas e gratuitas, priorizando-se as unidades escolares em bairros com menores de índices de desenvolvimento humano e níveis de avaliação escolar e utilizando-se da estrutura já existente, podendo ser inauguradas novas escolas.

Dentre os princípios da gestão compartilhada expostos, pode-se destacar o estímulo às boas práticas de gestão escolar correlacionadas ao desempenho acadêmico, modernização do modelo educacional, participação social. O PL, no entanto, não diz de que forma isso se daria. Os objetivos expostos no projeto deixam claro uma orientação voltada para as lógicas de mercado, focadas em desempenho e com prestação de contas com base no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.

O PL dispõe também sobre a grande liberdade das organizações em estruturar a matriz curricular, o plano político-pedagógico, as metodologias de ensino, bem como a autonomia para montar e gerir o time de professores e demais funcionários a partir do modelo de contratação da organização social, voltadas à gestão por desempenho, critério para seleção

do estabelecimento e parceria com o Poder Público. Tal fato cria grande disparidade e trata desigualmente tanto alunos como funcionários e professores da rede municipal.

Esse modelo de proposta guarda proximidade com o modelo de *charter schools*, traduzidas como escolas contratadas ou escolas sob contrato, comum nos Estados Unidos, sendo escolas públicas, mas que gozam de independência frente às normativas curriculares e exigências trabalhistas.

De acordo com o relatório da organização americana National Alliance for Public Charter Schools, de 2016, dentre os 20 componentes essenciais de uma lei forte de escolas *charter* compreendidas como de alta qualidade, ressalta-se que os principais objetivos são incluir novas *startups*, conversão de escolas públicas em escolas virtuais, financiamento adequado e responsabilidade pública e política, contratos baseados em desempenho, escolas com conselhos independentes, isenções automáticas de leis e regulamentos, isenção de negociação coletiva externa, contratos nesse modelo ou uma organização responsável por diversas escolas.

Esse modelo híbrido se configura como um processo de privatização. Uma vez iniciado, esse processo criará mercados voltados para oferta de todo tipo de serviço e assessorias relacionadas à implantação de tais escolas; e, quando não for o caso, se ampliarão e criarão empresas lucrativas, que passariam a gerir escolas ou conjunto de escolas, tal como vem ocorrendo nos Estados Unidos. Esse movimento de redução do tamanho do Estado, principalmente através de privatizações e envolvimento do terceiro setor, coloca o Estado com um papel de catalisador da iniciativa privada. Quiseram transformar educação pública em uma alternativa para ampliação do capital, exigindo estratégias empresariais para as escolas, com a transformação da educação pública em negócio subordinado aos interesses do capital. Atender a tais interesses constitui-se no principal fundamento dessa movimentação na educação de cunho privatizante, a partir de uma lógica de hibridismo, tal como se evidencia na Agenda 2020 do Banco Mundial, que orienta o financiamento para o Banco Mundial de parcerias público privadas e propõe a revisão do conceito de sistema público de educação.

A proposta trazida pelo PL 573, dessa forma, ocorre menos como alternativa

democratizadora à centralização curricular e mais como um mecanismo de ampliação do mercado educacional de forma indireta, pela privatização, em que as escolas *charter* se inserem. A Teoria da Administração Pública, contudo, argumenta que os papéis e as capacidades não são prontamente transferíveis do setor público para o setor privado, porque a natureza das tarefas executadas é fundamentalmente diferente. Queremos garantir uma educação enquanto direito social assegurado constitucionalmente, como nos traz do artigo 206 da Constituição, com base nos princípios de igualdade de condições para acesso e permanência, com liberdade de aprender e ensinar e divulgar o pensamento, com pluralismo de ideias e concepções pedagógicas e de forma a ter sempre em mente os princípios da educação emancipadora, como sempre defendeu Paulo Freire, que a educação não é mercadoria.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Obrigado, Vereador.

- Manifestação no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Passo a palavra agora à professora Luciene Cavalcante, mestre, advogada, professora e especialista em educação pública. Por favor, professora Luciene.

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE - Bom dia a todos. Sou Luciene Cavalcante, professora e supervisora da rede municipal da cidade de São Paulo. Muito já foi falado sobre os graves problemas e as ilegalidades do PL 573. Então, não vou me estender a essa parte.

Quero rapidamente colocar dois pontos, porque tem bastante gente para falar e hoje é um dia muito importante da nossa luta, da nossa organização, com a ocorrência de duas audiências públicas fundamentais que tratam da mesma temática, que é a defesa dos serviços públicos, a defesa dos direitos fundamentais para o conjunto da população. Refiro-me a esta audiência pública e a do PL 428. Então, o dia é de mobilização e luta.

Esse PL 573 tem dois DNAs. Um é o da Casa Grande, do autoritarismo, da negação dos direitos, da negação, ao conjunto da população, do serviço público de qualidade, mantendo e aprofundando todas as desigualdades sociais e fazendo cada vez mais da escola pública um

espaço de desigualdade, não um espaço de direitos.

Como disse brilhantemente o professor Carlos Giannazi, o PL representa a “cloroquina da educação”. Ele tem DNA bolsonarista porque tem a desinformação como método e a característica da distopia, que é negar sistematicamente os graves problemas que existem. Então, o que temos na cidade de São Paulo? Mais de 40 mil pessoas em situação de rua; dessas, 4 mil são crianças e adolescentes. Nós temos milhões de pessoas passando fome, vivendo em insegurança alimentar. Nas UBS, sabem qual é um dos maiores atendimentos hoje? São pessoas passando mal por fome. Todos aqui que são do chão da escola pública sabem que já houve aluno que desmaiou na escola, e o problema era fome. Aí, o que acontece nesta Casa é um projeto com esse DNA bolsonarista, que será extirpado no dia 2 de outubro. Fora Bolsonaro aqui!

Apresentam esse PL absurdo ou então colocam como proposta se colocar as pessoas em situação de rua em um terreno contaminado com mercúrio e chumbo, que é o projeto da Vila Reencontro. Então, esse é o caos que está colocado na cidade de São Paulo, e esse caos também está dentro da escola pública, com o fim das EJAs, com a EJA sistematicamente fechada, com o fim do programa de inclusão escolar, o déficit de profissionais e o autoritarismo galopante querendo nos silenciar e intimidar. Só que aqui não. Aqui não. Aqui é Marielle presente, aqui é Lisete Arelaro presente, aqui é Paulo Freire presente. (Palmas) Aqui é Dom, aqui é Bruno, aqui é Marcelo, e não passarão. Não passarão.

- Manifestação no recinto.

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE – Não passarão, não passarão. Tenho 22 anos de escola pública. Então, estou aqui falando com meus pares. Para terminar, quero dizer que é muito importante a gente se manter em pé e de cabeça erguida, unidos no sonho, na luta por esse sonho que é forte porque é coletivo, porque não começou comigo, que tenho 22 anos de escola pública, começou muito tempo atrás. E esse sonho vai seguir adiante, porque ele é potente, nos move, nos coloca em marcha, em luta. Agora é a hora de dizermos, em alto e bom som: basta. Basta de querer transferência do dinheiro público para a iniciativa privada. O capital

agora quer entrar nas escolas públicas, é disso que se trata. Viva a luta da classe trabalhadora, viva a escola pública. Obrigada. (Palmas)

- Manifestação no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Passo agora a palavra ao Vereador Daniel Annenberg, que é membro da Comissão de Educação.

O SR. DANIEL ANNENBERG - Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a todos.

Queria dizer que fiquei muito feliz de participar dessa audiência e ouvir falas importantíssimas. Tenho breves considerações a fazer. Acho que quase tudo já foi dito, mas tenho algumas questões a colocar, principalmente algumas técnicas, à Vereadora Cris Monteiro, a quem eu respeito bastante, embora, infelizmente, discorde totalmente de seu projeto de lei.

A primeira questão é justamente se há evidências que sustentam o efeito positivo da gestão das organizações sociais em termos de qualidade do ensino. Sabemos que, no âmbito das CEIs, dos centros de educação infantil, existe até preferência dos pais pelas unidades da rede direta, que costumam apresentar boa infraestrutura, profissionais muito bem qualificados e bom atendimento. Frequentemente acompanhamos inclusive relatos de pais que estão dispostos a aguardar mais tempo na fila por vagas nessas CEIs diretas. Aliás, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo realizou uma auditoria e elaborou um relatório sobre a qualidade das creches da rede municipal, e foi levantado que os professores da rede direta são mais bem remunerados do que os das OSs e possuem melhores condições de jornada de trabalho; e, por conta do ingresso por meio de concurso público, também possuem titulação mais elevada. Conseqüentemente, a retenção na rede direta é superior, e há diferenças também em relação a práticas pedagógicas qualificadas, com maior presença na rede direta. Ou seja, mostrando que a rede direta nas CEIs é muito melhor do que na rede indireta.

Além disso, também fomos analisar a questão do que foi adotado nos Estados Unidos, as chamadas *charter schools*, que são as escolas geridas por organizações privadas com financiamento público. E apesar de essas *charter schools* contarem com muitos defensores, não há evidências de que há um aumento de rendimento escolar nessas escolas. Assim, nada

indica que a administração pela rede privada seria melhor. Dessa forma, deixo alguns questionamentos, Presidente, que eu gostaria depois que a Vereadora pudesse responder e nos passar.

O projeto de lei propõe que professores e funcionários efetivos podem solicitar ingresso no novo regime. Qual regime seria esse? Como seria viabilizada a incorporação de servidores concursados? Eles teriam que se exonerar da rede pública? Caso não haja professores interessados em migrar de regime, de que forma as OSs farão a seleção e contratação de professores? Ainda sobre o regime de contratação: como o projeto entende a questão da terceirização na contratação de profissionais de educação? Afinal, pela experiência das CEIs, sabemos que a contratação de professores terceirizados pelas OSs estimula não só a precarização dessa categoria, mas também leva à incorporação, na rede, de profissionais com menor qualificação e experiência profissional.

Em relação à transparência, sabemos também que a atual estrutura da Prefeitura para fiscalização, avaliação e monitoramento dos convênios não é suficiente para assegurar uma prestação de serviços de qualidade, tampouco para evitar esquemas como o que ocorreu em 2019, com a máfia das creches. Como é que o PL pretende aprimorar os mecanismos de fiscalização e transparência neste tipo de contratação?

Atualmente, um dos pilares do ensino público brasileiro e paulistano consiste na gestão democrática das escolas através dos conselhos escolares, com a participação de toda a comunidade escolar, inclusive pais e alunos. Como fica a gestão democrática no modelo proposto? Ainda: se cada escola terá autonomia para definir a matriz curricular e o projeto político pedagógico, como garantir que cada unidade irá atender ao currículo da Cidade e à Base Nacional Comum Curricular?

Por todas essas questões e todas essas considerações, eu já me posiciono, em princípio e depois de ler bastante sobre o assunto, contrariamente ao projeto da Vereadora Cris Monteiro. Era isso, Presidente.

Muito obrigado pela possibilidade de fazer essas considerações. (Palmas)

- Manifestação no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Temos ainda 81 inscritos para falar, e já é uma hora da tarde. Claro que todos têm o direito de falar, mas não podemos ficar aqui a tarde ou a noite inteira, até porque daqui a pouco teremos reuniões neste espaço. Haverá reunião do Colégio de Líderes e várias coisas que teremos que fazer aqui.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Pela ordem, Presidente. Será possível então fazer a segunda audiência como continuação desta, de tal maneira a permitir que todos que queiram falar falem ou, pelo menos, o maior número possível possa?

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Vereador, eu acho que é possível. Nós podemos marcar outra audiência, mas está mais do claro. Podemos marcar audiência. O Regimento Interno pede para haver duas audiências, mas há outras comissões querendo marcar também. É provável que outra comissão marque. Aí todo mundo deve estar presente também.

Tem a palavra a Vereadora Cris Monteiro.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Boa tarde, Sr. Presidente e todos os presentes. Eu escutei atentamente a todos os senhores em suas considerações obviamente. Eu só queria deixar que estou à disposição. Alguns Vereadores, inclusive os Vereadores Celso Giannazi e Eliseu Gabriel, eu já os convidei a vir a meu gabinete. Eu vou aos gabinetes dos senhores para conversar sobre o projeto, para que possam melhor entender. Então me coloco à disposição dos senhores.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – A Vereadora tem o direito de falar. Todo mundo falou tranquilamente. A Vereadora tem o direito de falar tranquilamente.

Tenha a palavra, Vereadora.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Muito obrigada, Presidente Eliseu.

Enfim, muitas das coisas que eu escutei, ao longo dessa audiência, mostram claramente que as pessoas ainda não entendem o projeto. Então, esse projeto não está sendo compreendido na sua totalidade. Dessa forma, eu gostaria, de novo, de me colocar à disposição.

Abro o meu gabinete e já recebi algumas pessoas do sindicato em meu gabinete. Recebi alguns Vereadores. Eu venho insistindo para que conversem comigo, para que melhor entendam, porque várias das questões que foram colocadas aqui não são válidas para o projeto, como, por exemplo, a questão da liberdade pedagógica. Está lá muito claro, no artigo 10º, que a escola pode sim ter essa liberdade, desde que seja aprovada pela Secretaria Municipal de Educação.

Há vários aspectos do projeto que não estão sendo compreendidos perfeitamente. Respeito todas as falas. Ouvi atentamente. Anotei várias coisas. Fico contente com esse exercício democrático que estamos tendo.

É muito importante que todas as pessoas possam se colocar, colocar suas visões e obviamente ouvir o contraditório.

Então, queria agradecer a todos os presentes que estiveram aqui e elogiá-los pelo exercício democrático das suas falas. É muito importante. Fiquei muito orgulhosa de ver. Fico contente pela condução da audiência pelo Presidente da Comissão de Educação, Prof. Eliseu Gabriel.

Isso posto, mais uma vez, coloco-me à disposição. Estou aqui. Quem tiver dúvidas, quem quiser esclarecimentos, estou totalmente à disposição.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Pessoal, atenção. Olha, nós temos que respeitar. A Vereadora tem uma posição. Ela trouxe o projeto aqui. Nós estamos discutindo. Ela tem todo o direito de falar. Se ela quer falar *on-line* ou se ela quer falar presencialmente, é uma decisão dela. Essa é a questão. Nós temos que respeitar.

Atenção, pessoal. Todo mundo fez manifestação. A maioria fala para retirar. É uma hipótese também. Podemos tentar. Quem pode retirar o projeto é a Vereadora. Ninguém pode mexer nisso.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Okay, pessoal.

A gente tem um rito aqui, um Regimento Interno. Nós estamos numa audiência

pública e todo mundo que se inscreve tem o direito de se manifestar. É claro que não cabe todo mundo no tempo. A Vereadora se manifestou. Ela tem todo o direito de se manifestar. Nós temos que respeitar. Se ela quer retirar ou não, ela é quem vai decidir. É claro que a maioria quer que se retire.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Espera aí, pessoal. O projeto está tramitando. Felizmente ele está passando pelas comissões. Nós discutimos, fizemos um relatório. Amanhã haverá a votação do projeto na Comissão de Educação e assim vai. Então, vamos entender o rito. O rito democrático é esse. Pode não ser o melhor, mas é o que nós temos. A melhor democracia que nós temos é essa.

Eu acho legal que muitas pessoas se manifestaram. Realmente todos sabem a nossa posição, a minha, a do Celso etc. A gente nem falou. Todo mundo sabe o que a gente pensa.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Okay. A gente pode eventualmente pedir para ela, mas é ela quem decide.

Tem a palavra o Vereador Celso Giannazi.

O SR. CELSO GIANNAZI – Sr. Presidente, rapidamente, porque a Vereadora Cris Monteiro me citou, para que eu pudesse ir ao seu gabinete e eu entender o projeto.

Vereadora Cris Monteiro, eu não preciso ir ao gabinete. Eu entendi o projeto. Eu entendi que é um projeto absurdo. Tanto é que eu fiz o parecer contrário. A gente vai derrotar esse projeto na Comissão de Educação na Câmara Municipal. Todas as falas aqui estão nesse sentido. Então, esse projeto tem que ser retirado.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Espera aí, pessoal. Há várias questões de ilegalidade e uma série de considerações. Só para vocês saberem, na disputa do parlamento, existem várias jogadas, vários trâmites. Não existe “é isso ou é aquilo”. Existem coisas que podem se alterar ao longo do processo do regimento. Então, nós fomos à luta para colocar isso

na Comissão de Educação, que que ia passar direto. Foi uma luta para a gente marcar as audiências públicas.

Então, a audiência pública foi marcada. Está sendo muito positivo. Todo mundo veio, apesar de estar em discussão, no mesmo horário, outro projeto de lei gravíssimo que está aí. O salão aqui ficou cheio, tal a importância desse projeto de lei.

Então, é importante que a gente entenda que esse processo está andando, e a pressão democrática que vocês estão fazendo é absolutamente fundamental, para se atingirem os objetivos.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Para a gente tentar entender, vamos terminar às 13h30 a reunião. Há várias pessoas inscritas, que são das mesmas entidades que já falaram. Então, eu vou chamar algumas pessoas.

Quem vai falar primeiro é da Famílias pela Vida, rede de mães por direito.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Vereador, eu vou me ausentar.

Muito obrigada e parabéns a todos.

A SRA. TALITA – Eu gostaria de pedir para a Vereadora me escutar. Eu gostaria de pedir, Vereadora, por favor, se pudesse me escutar.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. TALITA – Ela saiu. Depois a gente faz uma visita democrática ao gabinete dela. A gente tem que continuar, porque há pouco tempo mesmo.

Eu queria agradecer a intervenção, para a gente poder falar.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Eu pediria que você se identificasse, porque está sendo tudo gravado.

A SRA. TALITA – Eu estou aqui pelo movimento que se chamava Família pela Vida e agora nós chamamos de Rede de Mães por Direitos. Nós somos militantes pela escola pública e, pela ocasião da pandemia, nós estivemos muito juntos lutando por uma escola saudável. Porém, a questão da educação é muito maior que a questão da educação na pandemia, e nós,

famílias, estamos aqui também para tentar fazer uma pressão para derrubar esse projeto. As famílias também são contra.

Nós estamos aqui como família, e eu digo isso não porque nós estamos nos opondo aos servidores, mas porque nós entendemos que o foco da educação são os alunos e todo o resto tem que ser discutido em relação aos benefícios para os alunos. Então, nós defendemos que a educação tem que ser pública, porque é isso que vai trazer benefício para os alunos, e defendemos que a Magistério tenha uma carreira decente, porque também é isso que vai trazer direitos para os alunos, vai gerar uma educação de qualidade. É por isso que nós estamos aqui.

Eu tenho um filho de cinco anos que agora está na EMEI depois de passar quatro anos em um CEI. Eu não escolhi esse CEI, que fica no Rio Pequeno, mas foi maravilhoso. Não é um CEI de referência e ninguém conhece, mas tem profissionais dedicados, formação continuada, espaço físico que é um sonho, um bosque. É por coisas assim que nós temos que lutar para ter na rede pública e não pela privatização. Eu falo do CEI onde meu filho estudou porque eu sei que os CEIs parceiros não têm a menor condição de dar esse tipo de atendimento, porque a sua estrutura não tem a menor comparação com a dos prédios públicos. Parece besteira, mas uma coisa é enfiar 150 crianças em uma casa adaptada e outra é colocá-las em um quarteirão que tem bosque, parquinho, horta. É isso que nós queremos para a nossa sociedade.

- Manifestações na galeria.

A SRA. TALITA – E é por isso que eu vim aqui falar hoje. Agora, o objetivo desse PL não é melhorar a educação, mas diminuir seu custo e interferir ainda mais nas diretrizes educacionais. Lembrando que as entidades empresariais já conseguiram aprovar o novo ensino médio, interferir na BNCC de maneira negativa e transferir recursos públicos. Eu não quero recurso público para empresário, eu quero recurso público aplicado na escola do meu filho.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Tem a palavra a Sra. Fernanda.

A SRA. FERNANDA – Bom dia. Eu sou representante de Conselho de Escola e estou

representando a DRE Santo Amaro, que está de péssima a ruim em relação aos serviços oferecidos ao nosso território. Eu sou da região da Pedreira e, diferentemente da Talita, os meus filhos foram de escolas diretas e indiretas e hoje eles estão em uma escola direta, que o CEU Alvarenga, uma região muito carente. Para vocês terem uma ideia, eu não tenho saneamento básico, e o esgoto vai direto para a Represa Billings. Por exemplo, hoje, às 8h, ainda não tinha água na minha casa. Da mesma forma, nós não temos escola.

Vocês, trabalhadores, estão aqui lutando para um serviço público de qualidade, e essa é a minha luta também desde a gestão anterior. Nós temos um bairro sem escola para atender o ensino fundamental, e o ensino infantil é total indireto. Até 2010, quando a minha filha foi para o CEU Alvarenga, uma creche da rede direta, nós tínhamos uma creche no meu bairro; apenas uma creche indireta. Hoje nós temos dez creches indiretas no meu bairro, com uma casa alugada para EMEI; um espaço alugado, uma casa adaptada. Não temos nenhuma escola de ensino fundamental para as crianças de 6 a 12 anos, do primeiro ao quinto ano.

Então, a nossa situação é muito ruim e precária. DRE Santo Amaro, SME, por favor, olhem por nós. Eu já me manifestei em diversos lugares, mas por muitas vezes não foi resolvido, e nós continuamos sem escola no Jardim Apurá, Residencial Espanha. Nós precisamos de escola pública. Pública!

Obrigada.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Tem a palavra a Sra. Meire, do Coletivo Paulo Freire.

A SRA. MEIRE – Pessoal, eu sou aposentada da Rede Municipal de Ensino e eu venho falar em nome do Coletivo Paulo Freire e de outros coletivos que ocupam a Cidade e estão com a gente. O Coletivo Paulo Freire tem dois objetivos: defender a escola pública e o legado do Professor Paulo Freire. Dá para entender por que nós estamos aqui?

- Manifestações no recinto.

A SRA. MEIRE – Gente, o pessoal estava falando que tem 20, 25 anos, e muitos de

nós do Coletivo é gente que trabalhou no Governo Paulo Freire, apesar de também ter gente nova, que são vocês que estão aqui. Eu tenho mais de 50 anos e eu nunca vi um governo fazer as coisas que este governo está fazendo com a Rede Municipal de Ensino de São Paulo. É um verdadeiro desmonte.

No decorrer desses anos todos, nós pensávamos o que o Professor Paulo Freire faria se enfrentasse a situação da covid, uma situação nova, um drama que nunca tínhamos passado antes. A primeira coisa seria chamar os educadores, os professores, a comunidade para pensar como poderíamos minimizar a questão. Mas não foi feito nada disso, as coisas vieram de cima para baixo; nós acompanhamos os diretores, os professores, as comunidades, todos loucos, fazendo 500 coisas sem uma política para dar embasamento.

Quando começou a normalizar, pensamos que alguma coisa ia ser feita. E o que nós faríamos se estivéssemos no Governo? Nós, e qualquer pessoa que tivesse um compromisso político, iríamos chamar as escolas, iríamos discutir o currículo, decidir o que íamos ensinar para as crianças. Mas não, o que veio foi um projeto que desmonta a nossa rede. Quando nós deveríamos estar nas escolas, trabalhando, vendo como sair dessa situação em que todos nós estamos, nós estamos aqui tendo que lutar pela educação. É inadmissível o que está acontecendo não só na Câmara Municipal de São Paulo, mas também na Secretaria Municipal da Educação.

Srs. Vereadores e demais colegas presentes, para se ter uma escola de qualidade, não precisa inventar muita coisa, e nós e qualquer pessoa responsável sabemos que, para uma escola de qualidade, é preciso cuidar do corpo e da alma, é preciso ter prédios bons, é preciso pagar bem os professores, é preciso promover formação continuada, é preciso discutir currículo escolar. Essas são as questões fundamentais, e não inventar modas que nós já sabemos que não dão certo.

- Manifestações no recinto.

A SRA. MEIRE – Por isso, retirem o projeto! Esta Casa tem o dever de retirar e projeto e pensar em uma política educacional.

Obrigada.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Pessoal, para a educação dar certo, é preciso que a sociedade, que pais e mães, que toda a comunidade escolar participe. A educação funciona deste jeito: quanto mais a escola se liga à família do estudante, mais a educação prospera, mais as coisas dão certo. Com esse movimento, a mesma coisa: a luta contra o absurdo que é esse PL 573/2021 precisa do apoio da sociedade. É uma luta que vai muito além da questão dos professores, dos funcionários da educação. É claro que existe uma preocupação direta, mas o principal afetado será a sociedade paulista e brasileira, o risco de destruição do sistema público de educação.

Por isso que eu quero chamar agora um pai chamado de...não sei como é que é o nome dele. Ele está aí? Vem falar, por favor.

NÃO IDENTIFICADO – Saudações para todo mundo presente. Obrigado pela oportunidade.

Fui pego um pouco de surpresa. Então, realmente, depois da fala das mães anteriores estou até com um pouco de medo de falar aqui.

Bom, como pai de aluno do CEU Butantã, nós recebemos o serviço dos professores e o que faz alguém querer ser professor. Antes prestar um concurso e depois daqueles cursos de educação continuada é, na verdade, uma sequência de uma carreira minimamente previsível, esperamos. Observando essa - eu não sei se chega a ser bagunça -, mas essa salada que eu tenho medo que se transforme essa gestão, eu não consigo ver como o professor teria essa sequência de formação que minha filha pode ter. Se ela está aqui há pouco tempo, claro, seja no mundo seja na escola e recebeu essa educação que recebe até agora, é porque anteriormente a gente teve professores que prestaram um concurso e tiveram uma formação.

Bom, seria basicamente isso. Apoio a derrubada desse projeto de lei.

Obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Agora, você pode falar o nome do

movimento, por favor, e o seu nome.

A SRA. MARIA LÚCIA – Boa tarde a todos e todas.

Quero saudar a Mesa. Meu nome é Maria Lúcia, sou do Movimento em Defesa dos CEUs Públicos da cidade de São Paulo. (Palmas).

Esse movimento nasceu em 2017 quando as doze obras dos CEUs foram paradas, paralisadas, que ficaram paradas até 2018. Foi uma grande luta aqui nesta Casa para garantir o dinheiro. Inclusive, muitos dos Vereadores que estão aqui na Mesa nos ajudaram muito e eu quero agradecer de coração o Vereador Suplicy, a Bancada do PT que não fugiu à luta para garantir o legado do CEUs públicos na cidade de São Paulo. (Palmas).

Quero dizer o seguinte, do que falamos? Nós falamos do movimento que luta desde 2017 pelos doze CEUs e que agora a nossa luta é pela qualidade de atendimento.

Este projeto 573 vem referendar o que está acontecendo nos 12 CEUs que é a terceirização dos serviços do CEU. Basta olhar a qualidade antiga e agora para ver como caiu. Verba de Educação não pode ser negociata de bastidor de nenhum Governo.

Olha o que aconteceu com o dinheiro do MEC. Para onde ele foi? Até hoje a gente não sabe para onde foi. Derrubou o Ministro, mas a roubalheira lá em cima continua. Então, o movimento é contra esse PL.

Defendemos concurso público, nós defendemos atendimento de qualidade, nós defendemos que os equipamentos públicos tenham funcionários concursados, que não seja balcão de negócio - com \$ - com quem quiser vir pegar o dinheiro da Educação. (Palmas). Lutamos muito enquanto população para ter os CEUs e agora estão querendo não só privatizar os CEUs, mas como toda Educação. A palhaçada que se coloca é essa. A gente sabe que isso tem uma intenção: é se apropriar do dinheiro público. Isso é muito grave.

O PAS na cidade de São Paulo estabeleceu o caos na Saúde. Largou a gestão, o PAS, e a capivara ficou. Ficou para ser investigada. Gente que enriqueceu, gente que morreu e deixou aí a herança maldita. Então, assim como a Saúde, a Educação não pode ser privatizada.

Nem quero discutir a questão do mérito legal do projeto, porque já foi falado. A moça

fez um estudo maravilhoso que diz que não dá certo. Entendeu? Então, nós não podemos aceitar esse projeto. Retira já. Retira já. Retira já. (Palmas).

Quero terminar pedindo que a Bancada do PT protocolou uma solicitação de uma conversa com as autoridades sobre os CEUs através da nossa reivindicação. Foi a Bancada que nos atendeu pedindo que o Governo nos ouça. Até agora o Governo não nos deu resposta.

Queremos, sim, conversar sobre a terceirização dos CEUs. Precisamos conversar para dizer como era antes e como é agora. Quero agradecer essa oportunidade. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Quero chamar as pessoas que estão *on-line*. Nelice Pompeu, do Movimento Escola em Lutas. Está presente? Nelice Pompeu está presente? (Pausa). Simone Cavalcante, da EMEI Leopoldina.

A SRA. SIMONE CAVALCANTE – Boa tarde a todos, a todas, a todes.

Meu nome é Simone. Eu sou assistente de direção de uma escola na região da Lapa EMEI Dona Leopoldina. Componho a equipe gestora da escola. Sou professora da rede, concursada.

Venho aqui fazer um convite especial a Vereadora Cris Monteiro, mas a todos os Vereadores para ver de fato o que é a terceirização no chão da escola, porque é de lá que a gente sente na pele o que significa terceirização.

Na minha escola temos nove mil metros quadrados e três pessoas para limpar uma escola. Isso é devido à terceirização de limpeza. Isso significa escravização de trabalhadores que estão lá diariamente lutando, que, muitas vezes, quando tem quebra de contrato, esses funcionários ficam sem salários. Sabe, Vereadora Cris Monteiro, quem é que ajuda esses funcionários? Nós, da escola, que pagamos para eles poderem ir lá trabalhar porque senão nem alimentação a escola vai ter porque também as trabalhadoras da cozinha, que são terceirizadas, passam diariamente por isso. Então, isso é o que significa de fato a terceirização.

Então, antes de mandar qualquer projeto de lei, todo Vereador deveria ir lá no chão da escola para entender do que a gente está falando. Sabe por que a escola pública ainda se mantém? Devido aos servidores públicos que estão lá diariamente em luta defendendo e fazendo

o máximo que conseguem, com toda a precarização que a gente vê. Então, é muito grave esse ataque. A gente não pode permitir que isso aconteça. A gente tem de lutar para que se revogue a terceirização desses outros trabalhadores, porque é um crime, gente. É um crime. Na pandemia, os funcionários da cozinha e da limpeza, que tiveram de ficar em casa, receberam 200 reais. É disso que a gente está falando. É criminoso a Prefeitura de São Paulo compactuar com esse tipo de trabalho. Trabalho não, de escravidão que está acontecendo em nossa rede.

Então, eu venho aqui em nome dos gestores, venho dizer que nós, sim, temos um trabalho de muita qualidade. A Educação Infantil, como toda a Educação pública, na cidade de São Paulo, é, sim, de qualidade, porque a gente está lá, enquanto servidor, lutando diariamente, fazendo com que as coisas aconteçam, apesar de Vereadores que fazem e que trazem esses projetos para desconstruir, para acabar com a Educação pública da nossa cidade.

Então, fica o convite. Vamos à EMEI Dona Leopoldina para que a Vereadora veja como é, de fato, a terceirização. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Pessoal, eu conheço a EMEI Dona Leopoldina e realmente é maravilhosa. É inacreditável o trabalho dos profissionais e é impressionante como os alunos são bem tratados. Duvido que exista alguma creche particular ou terceirizada ou qualquer coisa do tipo que realize um trabalho tão incrível como o que é feito na EMEI Dona Leopoldina. Sou testemunha.

Eu só vou dar a palavra para mais duas pessoas do público, que foram democraticamente selecionadas por nós. Não há jeito. Temos ainda 78 pessoas para falar. Não dá. Depois vão falar a Vereadora Silvia, o Vereador Giannazi e depois eu faço o encerramento.

Sr. Nicola Romano, com a palavra.

O SR. NICOLA ROMANO – Boa tarde a todos que estão desde cedo aqui, aguardando. Agradeço a oportunidade de poder falar com todos.

O que me preocupa muito, primeiro. A Vereadora que criou este projeto... Quando a gente fala em criação, nem toda a criação é boa. Esta criação é monstruosa. Quando a Vereadora diz para um Professor Doutor da USP que ele não entendeu o projeto, alguma coisa

está errada. (Palmas) Muito errada. Vai me desculpar, mas não dá.

Outra coisa que eu quero dizer a todos e, aí, temos de tomar muito cuidado com o que acontece frequentemente nesta Casa e nesta Gestão. Tudo que é lançado pelo Governo, que chega a esta Casa e que é prejudicial ao funcionalismo público, é aprovado. Nós temos uma base que é comprada, desculpe, eu acho, é a minha opinião. (Palmas) Eu não estou dizendo que seja a opinião de todos, mas é impossível. Se este projeto chegar a ser votado, nós vamos perder, porque nós temos uma base de 12 que nos apoiam ou 14 que nos apoiam e 32 que estão sempre contra. Então, a gente precisa tomar muito cuidado. Por isso que eu achei importante ter esta fala. E como a minha colega e vários outros colegas que estão presentes, eu acho inadmissível que os nossos sindicatos ainda, por uma vaidade estúpida, não estejam todos trabalhando na mesma direção. (Palmas) Isso é vergonhoso. (Palmas) Nós somos funcionários públicos. Nós exigimos respeito. Nós trabalhamos com dignidade. (Palmas) Não como alguns, não quero generalizar, porque eu sei que existem várias pessoas e aqui nós estamos em uma Casa, e eu me orgulho e sei disso, que nós estamos representados por pessoas aqui, hoje, boas, de boa índole, mas não é o que vai acontecer se isso for colocado em votação.

Então, nós temos de ficar muito atentos. E nós queremos que os Srs. Vereadores, os Srs. Professores, como a Sra. Professora colega disse, eu tenho quase 60 anos, mas eu trabalho há mais de 35 anos com a Educação, sempre – como o pessoal diz – com o pé lá na quadra, porque eu sou Professor, com muito orgulho, de Educação Física. Eu acho que nós temos muito a acrescentar às crianças e à Educação da nossa cidade, enquanto vemos que muitas pessoas estão aí por outro motivo, obscuro. Então, era isso o que eu queria falar.

Muito obrigado. Estou muito agradecido. Eu não poderia sair daqui com isso dentro de mim. Eu tinha de colocar para fora.

Muito obrigado, gente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Eu vou chamar a Rosana e depois eu queria saudar a presença da Deputada Federal Sâmia Bomfim, que eu acabei não vendo. S.Exa. estava escondida ali. (Palmas) Se quiser fazer uma saudação depois.

Agora eu vou marcar mesmo três minutos, porque, senão, vai passar de duas horas.

Rosana, três minutos, por favor.

A SRA. ROSANA – Obrigada, Vereador.

Bom dia a todas e a todos. Eu sou Rosana, aluna de escola pública, com muito orgulho e com professores concursados. Sou Diretora de Escola, dirigente sindical, sou do Sinesp, Sindicato que representa os gestores educacionais e estou aqui com outros sindicatos, unidos contra este PL 573.

Vou falar bem rápido, antes que o Vereador me segure aqui. Nós já sabemos que este PL é inconstitucional, que tem vários problemas, que é ideológico, porque ele segue a pressões empresariais, é ilegal, é imoral e engorda, mas engorda o quê? O bolso de alguns, não é mesmo?

Mas, enfim, eu vou aqui para o encaminhamento prático. Eu gostaria de ressaltar e trazer o trabalho efetuado nos anos de 2020 e 2021 com as entidades sindicais, sim, estas que aqui estão em sua maioria; Vereadores da Comissão de Educação, entre eles, Celso Giannazi, Eliseu Gabriel, Suplicy, Tatto e outros que não me lembro agora...

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Daniel Annenberg.

A SRA. ROSANA – Daniel Annenberg.

Vamos lá. Esses sindicatos dos quais eu também participei com esses Vereadores e representações sociais – mães de alunos, sim, inclusive muitas estavam aqui -, trabalharam arduamente procurando caminhos para a Educação pública: problemas que já existiam e que foram piorados com a crise da Covid.

O que eu queria dizer para esta Casa? A Vereadora Cris Monteiro chegou a participar de algumas reuniões ao final, sempre trazendo duras críticas à Educação pública e com pouco conhecimento sobre todo o trabalho que a gente tinha. Vale ressaltar o desprezo dela pela Educação, exemplo hoje: na hora que chegou a fala dos servidores e de todos nós que aqui estamos e da própria comunidade, ela saiu e não nos escutou. Mas eu ainda acredito nos Vereadores desta Casa que não estão aliados a nenhum Prefeito neoliberal, acredito no bom

senso deles e peço para que leiam todo o trabalho árduo que foi feito por esses Vereadores e por nós do Sindicato. Assim, eles não vão votar nesse projeto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Está presente a ex-Vereadora, agora Deputada, Sâmia Bomfim, peço que faça uma breve saudação.

A SRA. SÂMIA BOMFIM – Obrigada, Vereador Eliseu Gabriel, quero cumprimentar toda a Mesa, todas as educadoras, educadores, mães e pais de alunos que estão presentes nesta audiência. Quero lamentar profundamente a ausência da Vereadora proponente deste projeto de lei, acho de uma covardia enorme, ela tem muita coragem na hora de propor um retrocesso social tão profundo, mas não tem a mesma coragem para vir aqui encarar de frente as trabalhadoras, os trabalhadores defenderem suas propostas. Fala *on-line* e vai embora não disposta a entender a real argumentação da população que sofre na pele o que significa a lógica das terceirizações.

Vi ali que é uma Vereadora do Partido NOVO, vocês sabem que o Partido NOVO foi o único que votou contra o piso nacional salarial da enfermagem no país em que mais perdemos trabalhadores da saúde no mundo em função da pandemia da Covid-19? Então, sempre que tem uma prova de fogo, algo que de fato demonstre do que se trata o caráter dos parlamentares, o Partido NOVO nunca falha, é sempre o primeiro a se colocar contra a população, mas quando é para votar a favor de banqueiro, do mercado financeiro, quando é para favorecer a elite econômica, quando é para silenciar diante dos crimes como, por exemplo, o Sr. Jair Bolsonaro perpetua no Governo Federal, aí eles também estão na linha de frente.

Eu soube que aqui também, no Município, o Partido NOVO que se diz independente, está na Base do Sr. Ricardo Nunes. Essa Vereadora mesmo sempre tira foto com o Prefeito Ricardo Nunes em tudo que é obra que se inaugura. E coincidentemente, Ricardo Nunes é conhecido por ter empresas, muitas vezes laranjas, que administram organizações sociais, seja no Ensino Infantil, seja na saúde, agora ele quer expandir esse seu negócio, que é disso que se trata, esse seu negócio para a Educação Pública Municipal de maneira geral.

Por isso vim aqui fazer essa saudação, parabenizá-los pelas lutas e lembrar, como disse na outra audiência pública, Bruno Araújo Pereira, que foi assassinado por defender os indígenas, defender o meio ambiente no Brasil. Era um servidor público, foi assassinado e foi anteriormente exonerado por isso, porque os servidores se demonstram como uma pedra no sapato daqueles que querem retirar os nossos direitos, dos genocidas, dos destruidores do meio ambiente. Por isso viva a luta dos servidores, viva os serviços públicos, não a terceirização e fora Bolsonaro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Passo a palavra para a Sra. Vivian Alves, Diretora de Rede.

A SRA. VIVIAN ALVES – Boa tarde, meu nome é Vivian, sou Diretora de Escola da Rede Municipal, trabalho na região de Guaianases, no Subdistrito do Lajeado, Diretora da EMEF Alexandre de Gusmão e também faço parte do Movimento Caravana da Educação.

Nunca vi lá na nossa região nenhum Vereador proponente desse tipo de projeto absurdo e privatista pertencer, visitar ou oferecer uma emenda parlamentar para as nossas escolas pensando na valorização da educação, do serviço oferecido para os nossos estudantes. Nas regiões mais periféricas os nossos estudantes são sobreviventes, sabemos que tudo o que oferecemos é o máximo que conseguimos dentro das condições da escola pública, porque tudo o que é ruim, tudo o que é dito, não atingiu isso, não atingiu aquilo, não atingiu não por falta de qualidade dos servidores. Não atingiu por falta de qualidade dos políticos que estão à frente, por exemplo, estamos com as escolas aguardando há mais de dois anos e as tais das salas digitais não foram instaladas, estamos com três funcionários na limpeza, dois na cozinha com mil e cem estudantes. Isso gestão nenhuma, nenhuma OS vai resolver, porque é problema de sucateamento da educação.

Quando discutimos a questão da gestão pública, já estamos com problema de privatização lá dentro, quando estamos com instituto, quando estamos com fundação oferecendo e nos dando formação como se não soubéssemos qual o nosso ofício, qual o nosso papel. O

cargo de diretor de escola é um cargo de carreira justamente para não fazermos a besteira de escrever um projeto sem reconhecer quais são os cargos que estão dentro da escola do Município. É isso o que acontece, é por isso que a nossa função é de carreira, somos gestores públicos e defendemos a escola pública feita por servidores que moram na comunidade, conhecem a comunidade e são concursados. Não estamos lá para brincar todos os dias, reconhecemos, não temos alguma instituição lá em cima dizendo: agora é método tal.

Porque há esse interesse de dizer, a educação é a única que tem gente que quer dizer, pode ser de qualquer outra área, quer ser especialista em educação. Eles vão falar do nosso livro didático, vão falar da nossa formação, vão discutir o tempo inteiro e são recebidos, quando é grupo de mãe de grupo privatista, é recebido. Quando é grupo de mãe da escola pública é ignorado. Quando vamos lá e discutimos que o servidor quer ser ouvido, não é. Quem está com foto desses servidores que estão propondo esse tipo de projeto de sucateamento? Não somos nós. Nós que somos da Rede estamos aqui perdendo dia de serviço mais uma vez, ainda pagando greves do ano passado, duas greves, porque ainda acreditamos, a educação é formada por pessoas que ainda acreditam. Não estamos no lucro, estamos pensando em formar pessoas para mudar essa bendita lógica, esse bendito status quo.

Então, não estamos falando com quem está propondo, porque talvez a Vereadora esteja querendo mudar, fazer uma coisa tão polêmica assim, para de repente sumirem outras coisas que ela acabou aparecendo na mídia.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Passo a palavra à Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

A SRA. PATRÍCIA PIMENTA – Vereador Eliseu, antes de a Silvia falar, posso fazer uma pergunta para vocês Vereadores que estão aqui presentes, porque estamos numa audiência pública e a Vereadora Cris Monteiro no momento que falou disse que topa conversar e aí fiquei em dúvida, enquanto professora, se o conceito que tenho de uma audiência pública é divergente da Vereadora e gostaria de ouvir vocês nesse sentido. Uma audiência pública não é

para o público falar, ser ouvido e a fala dele ser considerada para a derrubada desse projeto?

Quem aqui falou a favor desse projeto foi a Cris Monteiro. Será que nós não sinalizamos para ela que isso não representa a cidade de São Paulo. Nós não estamos aqui para brincar, ela nos desrespeitou quando falou que quer conversar. Nós estamos aqui para conversar e a nossa conversa é a retirada do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Tudo bem. Silvia com a palavra.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Quero cumprimentar minhas colegas e meus colegas educadores, também sou professora da Rede Municipal de Ensino, professora do Fund II com muito orgulho, estou Vereadora pela Bancada Feminista do PSOL. Quero cumprimentar meus colegas, Eliseu, Presidente da Comissão; Celso Giannazi; Deputado Giannazi; Deputada Sâmia Bomfim e todas as entidades presentes.

Quero dizer o seguinte, a Vereadora Cris Monteiro tem um vídeo nas redes sociais, bem recente, em que ela diz que nós que estamos contra o projeto não temos nossos filhos na escola pública, que temos nossos filhos na escola particular. Quero dizer para a Vereadora Cris Monteiro que eu sempre estudei na escola pública, minha filha sempre estudou na escola pública e que isso não é verdade. Aliás, das várias inverdades que estão rodeando este projeto.

Já foi falado aqui que não existe nenhuma comprovação científica de que aquilo que é privado é de melhor qualidade do que aquilo que é público, só na cabeça do Partido Novo. Eles acham que o particular é melhor que o público. Não precisa só de pesquisa. As pesquisas são muito importantes, mas é só visitar um CEI direto e visitar uma creche conveniada que a gente vê aquilo que é de qualidade. Também é só visitar os hospitais e as UBSs que estão nas mãos das OSs: uma verdadeira máfia, que roubam dinheiro da saúde pública, como foi feito no Hospital da Brasilândia, com a IABAS, que agora deixou e a OS que assumiu demitiu quase mil trabalhadores, gestantes, sem nenhum direito.

O que está acontecendo na Saúde é o que a Vereadora quer que aconteça na educação. Para quê, gente? Sabe quanto é a estimativa de uma escola de mil estudantes? Quanto custaria isso para os cofres públicos? R\$ 6 milhões, que vão sair do cofre da Prefeitura

e vão entrar no bolso dessas Organizações Sociais, que de social não tem nada, não deveria nem chamar organização social; deveriam chamar de organização do capital, que é isso que elas são, empresas capitalistas querendo abocanhar o dinheiro público.

Por último, eu queria dizer o seguinte: Nós, da Bancada do PSOL e da Oposição estamos obstruindo este projeto desde o primeiro dia em que ele entrou na pauta, e vamos continuar obstruindo para que este projeto seja retirado. A nossa obstrução é importante; porém, mais importante do que isso é a educação se levantar e dizer: Se não retirar, a educação vai parar. Se ele entrar na pauta de novo, todos os sindicatos e entidades devem chamar greve, paralização, tem que lotar esta Câmara lá embaixo, aqui em cima, porque este é o pior projeto que já passou para a educação na Câmara Municipal.

Na rede que teve Paulo Freire como Secretário, na rede que teve Erundina como Prefeita, na rede que teve resistência, este projeto não passará. Retira já, ou a educação vai parar.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Tem a palavra a nobre Vereadora Luana Alves.

A SRA. LUANA ALVES – Muito boa tarde aos colegas da Mesa, educadores e educadoras. Este é, sem dúvida, o pior projeto que eu já vi ser trazido para esta Casa desde que eu virei Vereadora; o mais perigoso.

Este projeto é a cara do partido Novo e a cara do Prefeito Ricardo Nunes, que visa o lucro privado e o prejuízo compartilhado. É isso que representa este projeto.

Sou psicóloga e digo que a Saúde teve uma derrota histórica com as OSs. Nas UBSs, houve uma diminuição da permanência dos profissionais de Saúde. Hoje, um médico de UBS fica 10 meses, em média, em cada unidade.

Essa rotatividade gigantesca é gerada pela administração privada de algumas supostas entidades sociais que são empresas que ganham bilhões por ano da Prefeitura para gerir a Saúde. É isso que eles querem fazer na Educação.

Os educadores têm que se levantar profundamente contra este projeto. Se ele for aprovado, será uma derrota histórica e não vai ter volta. Hoje, o que nós da Saúde passamos é muito sério. Da minha geração de servidora pública, eu não cheguei a ser servidora pública. Estive numa UBS em que todos eram CLT. É que era muito difícil fazer uma mobilização, fazer uma assembleia, fazer uma greve, praticamente impossível. Então, o que está em jogo aqui, gente, é muito sério. Eu estou trazendo para vocês a seriedade disso.

Eu sou de uma geração da Saúde em que não está havendo a vaga estatutária, que não conhece o que é servidor público. Nós não podemos aceitar isso na Educação, não podemos aceitar. Isso é gravíssimo.

É o fim da carreira de professores e professoras, é dizer que as crianças não têm direito a uma educação de qualidade, porque no projeto da Vereadora Cris Monteiro ela falou que vai começar nas escolas com IDH mais baixo, vai começar nas escolas da periferia. Isso é uma covardia.

Quer dizer que as crianças periféricas, as crianças pretas, serão as primeiras a ficar sem professor fixo, a ficar sem professora fixa? Nós não podemos aceitar esse tipo de projeto. Essa luta é fundamental para os próximos anos da educação pública, não só para os professores, mas para os estudantes das escolas.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Eu vou chamar a Sra. Adriana Paes para fazer o uso da palavra.

A SRA. ADRIANA PAES – Boa tarde a todos e a todas. Eu sou supervisora escolar da rede e queria, publicamente, fazer um convite para a Vereadora Cris, que a gente vai formalizar, para que ela visite as unidades de educação infantil, onde a realidade que a gente encontra é a precarização do trabalho das professoras. Muitas vezes, a gente vê a falta de alimentação adequada servida às crianças, encontramos pratos sem carne, sem verdura, para as crianças.

A gente está numa campanha de conscientização não só de luta da classe trabalhadora da Educação, mas da comunidade, porque não há gerenciamento compartilhado

dos recursos públicos. Não tem APM na rede conveniada, não tem conselho de escola, é uma gestão totalmente autoritária e não é transparente.

Quem aqui já viu uma prestação de contas que, na teoria, deveria ser pública da rede conveniada? Quem aqui já viu? Existe, e a gente não sabe. A gente precisa saber, precisa tomar ciência, precisa de formação sindical para isso, precisa de formação política para organizar a nossa luta, junto à comunidade, e a gente precisa ocupar esse espaço. Dinheiro público é da comunidade, e é a nossa formação junto à comunidade que vai garantir isso.

Portanto, Vereadora Cris, a gente vai fazer o convite, vai acompanhar nossa agenda, nossa visita à rede conveniada para ver o que a precarização não só do trabalho, mas do atendimento às crianças.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Agora eu vou passar a palavra ao Vereador Celso Giannazi.

O SR. CELSO GIANNAZI – Boa tarde a todas e a todos. É um dia longo nesta Câmara Municipal, mas cheio de muita garra. A gente está tendo esta audiência aqui e estamos ouvindo lá embaixo outra audiência que está havendo do PL 428, que é uma vergonha, projeto do Prefeito Ricardo Nunes que concede 5% de reajuste linear para os servidores, que fere o princípio da paridade, enfim, é um projeto perverso.

Quero dizer que só estamos nesta audiência pública porque nós denunciemos na Comissão de Educação o golpe que seria dado na Câmara Municipal, porque este projeto saiu da Comissão de Constituição e Justiça; e ninguém sabe como ele passou lá, mas ele passou, porque ele é eivado, ele é cheio de ilegalidade, de inconstitucionalidade. Ele não resiste a cinco minutos no Judiciário, mas ele passou e foi para ser votado no plenário.

Se nós não tivéssemos feito a obstrução para trazer este projeto para a Comissão de Educação, nem esta audiência pública teríamos, porque no plenário as coisas acontecem muito rapidamente: eles formam um Congresso de Comissões, reúnem todas as comissões, e, em cinco minutos, votam todos os projetos – alguns muito simples, como o nome de uma rua, o

nome de uma UBS, isso se vota; mas um projeto que fere a Constituição Federal, fere a LDB, fere o Plano Nacional de Educação, o Plano Municipal de Educação e a Lei 14.660, que é a lei que rege a carreira dos profissionais da educação, um projeto desta magnitude não tem condição nenhuma de tramitar sem passar na principal comissão, que é a Comissão de Educação da Câmara Municipal. Se esse projeto não passasse na Comissão de Educação, poderia ser fechada a Comissão de Educação, porque nada mais precisaria passar por aqui. Isso é um absurdo completo.

Eu respeito muito todos os Vereadores, todas as Vereadoras, mas um projeto que não dialoga com a realidade das nossas escolas mostra claramente, por tudo que está escrito, por tudo que foi falado, que quem o fez, quem escreveu, não conhece absolutamente nada da educação pública na cidade de São Paulo.

- Manifestação no recinto.

O SR. CELSO GIANNAZI – E joga o problema como se fosse um problema da gestão das coisas municipais, do quadro gestor, e é mentira, não é verdade, porque temos feito debates, subindo à tribuna, denunciando a falta de investimento, a falta de aplicação dos recursos da educação da cidade de São Paulo. A cidade tem muito dinheiro, e o Prefeito Ricardo Nunes não consegue aplicar o mínimo constitucional da educação. Então o problema não é na gestão na escola, o problema é na gestão da Prefeitura de São Paulo.

- Manifestação no recinto.

O SR. CELSO GIANNAZI – Eu não vou nem me alongar muito, mas apresentei um parecer na Comissão de Educação que vai ser votado amanhã. Mas eu estou muito tranquilo. Este parecer não foi construído sozinho, foi construído a muitas mãos, com ideias e debates com os servidores, profissionais da educação, pais, mães e alunos que ajudaram a construir este parecer. E eu tenho a completa convicção, mais ainda do que eu já tinha, de que este projeto é descabido, é um escárnio na Câmara Municipal, e tem que ser retirado imediatamente. Imediatamente, retirado, porque, senão, vamos derrotá-lo na Comissão de Educação; mas depois vamos fazer um grande movimento. E lá no plenário vamos encher a galeria da Câmara

Municipal e vamos derrotá-lo no plenário da Câmara Municipal, jogá-lo na lata do lixo da história, de onde ele nunca deveria ter saído, porque não dialoga com as necessidades que atendem as nossas escolas. Precisamos de investimento, precisamos de valorização dos servidores públicos, dos profissionais da educação, é isso que precisamos na cidade de São Paulo, não um projeto de terceirização, de transferência de recurso público para organizações sociais.

O projeto é tão absurdo, mas tão absurdo, que cita um exemplo positivo, exitoso, das creches conveniadas da cidade de São Paulo, e o próprio Tribunal de Contas do Município tem um relatório bem recente, agora, de 2021, que aponta que o índice de qualidade dos CEIs conveniados da cidade de São Paulo são muito, mas muito inferior, à rede direta de atendimento, porque sabemos o que são os CEIs conveniados – é a precarização da mão de obra, da formação, da jornada, do salário das professoras e das condições físicas das unidades conveniadas. Então não é esse o caminho. Sabemos que o caminho da educação pública de qualidade passa, obrigatoriamente, pela educação pública de qualidade e por mais investimento. E vamos derrotar esse projeto amanhã na Comissão de Educação, e, depois, no plenário.

Então, à Vereadora que está nos ouvindo: retire esse projeto. Retire.

- Manifestação no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Eu queria falar o seguinte: eu sou Vereador há 22 anos nesta Casa, por seis mandatos seguidos, e sempre preocupado, envolvido, com a educação. Fizemos muitas coisas, enfrentamos muitas batalhas, muitas barbaridades que chegaram e que conseguimos pôr para fora. Fizemos mobilizações contra todo tipo de coisa – gente querendo fazer teste em aluno para ver se tem dislexia, gente querendo barbaridades. Durante tantos anos, nós conseguimos. Mas eu nunca vi um projeto de lei tão complicado, tamanha a barbaridade que é desmontar o ensino público – é isso que este projeto fala. E o mais incrível é que ele foi para a Comissão de Constituição e Justiça, que é a primeira comissão que analisa o projeto, e foi aprovado por 7 a 2, dos 9 membros. Quer dizer, completamente inconstitucional. Mas passou. Imediatamente, ele foi para o Congresso de Comissões. No dia seguinte, um Congresso que se faz correndo, que é uma coisa que nós sempre somos contra,

mas acabou sendo um ritual que acontece com frequência. Ele foi para o Congresso de Comissões, ia ser aprovado e já iria ser votado, dois, três dias depois. Nós entramos fortemente contra – eu e alguns outros Vereadores que estão aqui – e conseguimos obstruir. E conseguimos fazer com que o Regimento funcionasse: ou seja, que ele teria que ir para a Comissão de Educação, que é a comissão de mérito, antes de qualquer coisa. E, vindo para a Comissão de Educação, nós conseguimos fazer o debate, conseguimos fazer esta audiência pública, conseguimos fazer com que as pessoas percebessem o que estava acontecendo – porque não é culpa dos Vereadores que são contrários ou favoráveis... São muitas coisas que vão acontecendo e que não dá tempo de vermos detalhadamente o que está acontecendo. Então eu tenho muita fé que a Câmara vai ter essa sensibilidade de não aceitar este projeto de lei.

Na verdade, este projeto de lei não é um fato isolado, ele faz parte de um conjunto de política econômica com uma visão neoliberal fundamentalista que quer desmontar o Estado, quer desmontar o Poder Público. Essa é a questão.

- Manifestação no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Essa é a questão. Essa é a lógica.

Essa é a lógica do SampaPrev, essa é a lógica do teto de gastos, essa é a lógica de uma série de leis, como a de responsabilidade fiscal, etc., tudo dentro desse arcabouço de desmonte do Estado. Eles querem que o mercado domine o Poder Público no Brasil. E muitos acham que o mercado tem mais capacidade de gerir e planejar o futuro do país. E em nenhum lugar do mundo isso deu certo, e não está dando certo.

Por exemplo, em vários países do mundo, privatizaram a Sabesp deles – Paris, Londres, Nova Iorque. O que eles estão fazendo agora? Reestatizando, por exemplo. Perceberam que não dá certo. Quer dizer, só estas pessoas que estão aqui no país que estão no século passado, ou retrasado, estão com propostas que já estão mais do que provadas que não têm sentido. E continuam com aquela fúria de tomar o dinheiro público.

O que acontece: eles já quase desmontaram o país inteiro – a saúde e a educação precárias, etc. etc. –, mas ainda tem dinheiro reservado pela Constituição para a educação.

Então sabe o que eles viram? Uma oportunidade de negócios, um nicho de negócios. É isso aí. Essa é a maneira de eles pensarem.

- Manifestação no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – A solução é a nossa luta. A luta de vocês, dos pais, dos professores. Essa força que o movimento tem é que impede de as coisas irem muito pior do que já estão.

Mas tem uma coisa importante que vocês precisam entender: esse rumo do Brasil já vem de muitos anos. Nós temos que mudar isso, ou começar a mudar em outubro deste ano. É isso que nós temos que fazer. Essa é a grande vitória que nós temos que... para começar a retomar o Poder Público, com suas responsabilidades sociais, responsabilidades de indução do desenvolvimento.

- Manifestação no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Eu quero que vocês entendam que isso faz parte de um conjunto, e nós estamos lutando. E essa luta é absolutamente fundamental.

Amanhã, vamos derrotar esse projeto na Comissão de Educação e vamos tentar impedir que ele vá para votação. Vamos fazer o possível para convencer os Vereadores, o Presidente da Câmara, que não tem que colocá-lo em votação, que isso é um absurdo.

Muito obrigado.

Está encerrado o nosso encontro.